

CANUDOS: A UTOPIA ENTRE DEUS E O DIABO.

FERDINAND CAVALCANTE PEREIRA

CANUDOS: A UTOPIA ENTRE DEUS E O DIABO

(BAHIA - 1893-97)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre.

Area de concentração: Sociologia Rural.

Orientadores: GHISLAINE DUQUE
GISELIA POTENGY

CAMPINA GRANDE - PARAIBA
1993

CANUDOS: A UTOPIA ENTRE DEUS E O DIABO
(BAHIA - 1893-97)

FERDINAND CAVALCANTE PEREIRA

Tese aprovada em ____/____/____

Orientador

Componente de Banca

Componente de Banca

CAMPINA GRANDE - PARAIBA
1993

iii

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus agradecimentos a colaboração de inúmeras pessoas que participaram na elaboração deste trabalho. A Cândido da Costa e Silva, Solon Fontes Santana e Jacira Cedraz de Oliveira, de Salvador, pelo estímulo inicial na pesquisa sociológica, quando do final do curso de graduação na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em São Lázaro. A Paulo Machado, amigo e poeta que sabe o que não quer da vidalôba. A Charles Belier, Geny da Costa e Silva pelo incentivo e experiência que deles recebi desde a apresentação do projeto de pesquisa e durante todo o curso de Mestrado. A Gisélia Potengy, minha primeira orientadora nas discussões teóricas e metodológicas principais no desenvolvimento desta dissertação, sem as quais não seria possível pretender o alcance modesto de seus objetivos.

Registro a ajuda inestimável na coleta das fontes documentais que recebi de Maria Zelinda Lopes, bibliotecária do Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia e também dos técnicos do Arquivo Público do Estado da Bahia. A Aldagisa Aras, de Euclides da Cunha, na Bahia, João Bosco Mendes, de Fortaleza e Hilda Frutuoso de Quixeramobim, do Ceará, Atila Diniz e Eugênia, do Recife-PE, hospitaleiros sem iguais, cuja acolhida carinhosa, faz qualquer candidato a pesquisador sentir

menos árdua sua tarefa.

Grato a todos os colegas de Mestrado em Sociologia e em especial a Socorro Rodrigues, Luis Augusto e Marilda Meneses, pela convivência sincera e alegre. Da secretaria do Curso, o apoio certo e desinteressado dos funcionários Verônica Maria R. Nóbrega e João da Costa Lima.

Eternamente grato pelas sugestões criteriosas e sábias de Ghislaine Duqué, que ao mesmo tempo dispensou dedicação e solidariedade nos momentos mais decisivos na concepção desta empreitada, transformando o rito do aprendizado acadêmico, fonte natural de prazer. Não menos importante foi a paciência e zelo técnico no trabalho de revisão e editoração computadorizada de Márcio Sérgio Olimpio de Melo, que não tem preço mas apreço. Grato também pelo apoio técnico oferecido pelo Sub-Secretário de Educação do Estado do Piauí - José Ribamar Torres Rodrigues.

Reconheço ajuda financeira, através do CNPq e da CAPES durante a permanência no Mestrado.

Finalmente minha gratidão a Ana Amélia, companheira, Petronila e Raimundo, pais, Ferdinand e Maíra, filhos, pelos esforços solidários e persistentes na labuta diária, tornando este trabalho realidade

Perdão pela parca dedicação a vocês todos.

Teresina, inverno de 93.

SUMARIO

ILUSTRAÇÕES	
INTRODUÇÃO	1
I - O SERTÃO DE CANUDOS	8
1.1 - A Feira é fora do barracão	20
1.2 - Uma fazenda abandonada ?	25
II - ANTONIO CONSELHEIRO: INTINERARIO ATORMENTADO	31
2.1 - Antonio Vicente Mendes Maciel	32
2.2 - Antonio Conselheiro	36
2.3 - Pregações e Conflitos	38
2.4 - Advertência sem efeito	45
2.5 - O Plano secreto do Pe. Júlio Fiorentini	46
2.6 - A queima dos Editais	50
III - CANUDOS: A UTOPIA ENTRE DEUS E O DIABO	57
3.1 - A Igreja em céu aberto	60
3.2 - A Companhia do Bom Jesus	68
3.3 - Belo Monte: A Nova Pátria	77
3.4 - Um "Estado" dentro do Estado	81
CONCLUSÃO	97
ANEXOS	103
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	118

ILUSTRAÇÕES

- 2.1 - Fig. nº 1: Mapa do Sertão de Canudos
- 2.2 - Fig. nº 2: Canudos e as estradas regionais
- 2.3 - Fig. nº 3: Representação do sistema de
produção e comercialização em
Canudos
- 2.4 - Fig. nº 4: Principais chefes políticos na
região dos conflitos
- 2.5 - Fig. nº 5: Mapa dos Conflitos
- 2.6 - Fig. nº 6: Pátio das Orações
- 2.7 - Fig. nº 7: Só "Deus é Grande" : lema do
Conselheiro
- 2.8 - Fig. nº 9: Autógrafo de Antonio Conselheiro.
- 2.9 - Fig. nº 8: Representação simbólica da visão
de mundo dos canudenses

ANEXOS

- 3.1 - Anexo: 1: Missões de Antonio Conselheiro na
Bahia.
- 3.2 - Anexo: 2: Personagens Principais
- 3.3 - Anexo: 3: Cronologia do Movimento de Canudos

RESUMO

Este trabalho se propõe analisar os elementos político-religiosos das práticas sociais internas e externas, fundamentais na construção de um projeto alternativo, em Canudos, no sertão da Bahia - 1893 - 97.

O movimento social de Canudos em um só tempo, movimento de natureza religiosa e política. Se, por um lado, apresenta a extraordinária figura carismática de Antônio Conselheiro como líder principal, reponsável junto aos grupos pela direção e organização da produção religiosa, por outro lado, esse mesmo movimento também busca se afirmar enquanto recusa a ordem social vigente. Recusa que se espessa como resistêcia para além da opressão social, no desejo utópico de identidade e libertação pessoal e coletiva, intermediada no cotidiano pela realização de objetivos mais imediatistas dos grupos presentes.

As representações sociais informam que a superação da situação imediata, refere-se a possibilidade de uma transformação social a partir da transformação individual no coletivo. Transformação esta realizada pelo imaginário religioso, pelo qual os grupos sociais elaboram, organizam e exercitam suas crenças, suas representações do mundo. Utopia aqui significa essa possibilidade em curso de um

mundo social e "divino" que ainda está por existir, mas que se apresenta como "esperança" no conceito blochiano. A espera para os canudenses era um tempo de preparação espiritual, rememoração do êxtase religioso de aproximação ou da união com Deus. E aqui reside a vinculação das práticas religiosas e as instituições políticas locais.

Para concretização dos objetivos propostos, foram desenvolvidos três capítulos. No primeiro, procurou-se observar as relações sociais pertinentes no contexto sócio-político local - o do sertão de Canudos, consideradas de fundamental importância para a compreensão dos antecedentes do movimento. No segundo capítulo, a preocupação central foi ressaltar os aspectos cruciais do itinerário atormentado de Antônio Conselheiro, cuja participação determinou os referenciais político-religiosos da comunidade canudense. Finalmente, no terceiro capítulo, é feita uma análise do universo das práticas sociais que justificaram seus objetivos e deram sustentação político-ideológica ao movimento em questão.

A conclusão geral a que se chegou, situa Canudos como sendo um movimento sócio-político de resistência contra o Poder, com repercussão local e regiões circunvizinhas, em favor de um projeto alternativo de autonomia popular frente às instituições da sociedade sertaneja.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é compreender através da perspectiva do pensamento religioso utópico, como foi possível aos canudenses garantir sua resistência em torno de um projeto alternativo de vida autônoma. E qual a mensagem política desse projeto?

O tema analisado nesta dissertação, antes mesmo de se tornar tarefa acadêmica junto ao curso de Mestrado em Campina Grande, perseguiu, enquanto preocupação particular, seu autor quando se defrontou pela primeira vez com "Os Sertões" de Euclides da Cunha. A época uma leitura enfadonha e aligeirada, mas restou as imagens fantásticas da resistência dos "pobres e famintos" ao exército nacional.

A denúncia estarrecedora de Euclides da Cunha que impôs à memória o incômodo de suscitar diante da nebulosa dimensão da campanha militar, poderia significar, o encobrimento dos reais motivos de como se deu a resistência canudense e o por que desta. Na realidade, estas questões só surgiram como preocupação analítica muito tempo depois, no final da graduação em Ciências Sociais na Bahia, a partir de 1980. Outras leituras mais sistematizadas de autores como Rui Facó, Pereira de Queiróz, Teixeira Monteiro, José de Sousa Martins, obrigaram um retorno à

obra euclidiana, permitindo realizar a seleção crítica dos argumentos e teses equivocadas do autor com base na ciência positivista da época, bem como das interpretações mais recentes.

E oportuno frizar os dois momentos decisivos como marcos referenciais para o levantamento das primeiras hipóteses e para a análise dos fatos em discussão e sua posterior articulação em seus aspectos históricos e de síntese sociológica, principalmente quanto a compreensão do fenômeno religioso em si, e do sentido político imanente ao projeto utópico de vida alternativa, capaz de iniciar na terra, a promessa divina: a "salvação eterna". Essa perspectiva implica uma visão articulada dos fatores ideológicos, culturais e econômicos.

O caráter da religiosidade popular não pode ser visto unilateralmente, como função compensatória dos efeitos da dominação pessoal patriarcal, das arqúrias do mundo, nem tão pouco, como incapaz de ordenar um projeto de vida, por não ser moldura que esconde o essencial. A dimensão religiosa concebe Deus como motor da transformação pessoal e coletiva de um mundo a outro "mundo". A utopia é o "não-lugar" de união destes dois mundos.

Voltando aos marcos referenciais, o primeiro foi a publicação das "prédicas" de Antonio Conselheiro, com uma introdução de caráter revisionista da figura principal do movimento, por Ataliba Nogueira, desfazendo alguns pontos

contraditórios, sem fundamentação factual e teórica da biografia de A. Conselheiro. O segundo momento, se prendeu na releitura da historiografia oficial através da análise documental das fontes primárias encontradas no Arquivo Público da Bahia: Anais da Câmara Legislativa Estadual, Correspondência do Poder Executivo; Correspondência da Cúria Metropolitana de Salvador; Correspondência Particular do Barão de Jeremoabo e ainda Jornais, Relatórios e outras publicações da época. Fonte rica de dados, permitiu tecer as necessárias relações internas e externas que o contexto sócio-político, condicionante na eclosão do movimento, poderia suscitar para a compreensão da formação e desenvolvimento da vida social e econômica canudense.

E oportuno esclarecer, que a tarefa de reconstrução teórica da prática social, através da historiografia oficial só trará vantagens se ultrapassar o viés etnocêntrico, que pleiteia a versão do dominador em detrimento da versão do dominado. Em verdade, há nas interpretações correntes, poucas tentativas revisionistas de se recuperar ou compor a versão histórica do ponto de vista dos canudenses. Os registros de uma possível tradição oral sugerem versões e / ou reelaborações sob o signo da cultura dominante.

Deve-se ressaltar a quase inexistência de documentação sobre a organização do trabalho e a vida econômica em geral dos canudenses. Entretanto isso não

impediu de reabilitar os fatos indispensáveis à compreensão dos móveis, que deram origem e contribuíram para o desenvolvimento do fenômeno, mas que se perderam no emaranhado de informações infundadas e contraditórias.

Delimitar o contexto histórico do movimento, exclusivamente nos condicionantes acima propostos, sem considerar a prática religiosa em suas particularidades, terminaria por reafirmar as interpretações dualistas e fragmentárias da realidade vigente. Isso implicou tomar como relevante caminho metodológico, se ocupar da percepção que os agentes têm de si, na vivência religiosa, e para com os "outros", do significado atribuído por estes ao projeto utópico e a partir de depoimentos de testemunhas oculares, da pregação e atuação de seu líder, destacar do universo simbólico das representações sociais, os elos que operam nas ligações de instâncias imediatas e destas para com a futura: a divina.

"A vivência cristã pela fé, é de difícil averiguação sociológica " (E. Hoornaert). O peregrino busca impregnar seus seguidores de fé, de "esperança escatológica", na salvação eterna, na libertação das injustiças sociais humanas.

Entendemos ser a percepção da "recuperação da fé", o momento pelo qual os seguidores, transformados em "filhos de Deus", se (colocam em confronto com as formas de dominação) encontram no estado de graça: liberdade divina.

O fervor religioso dos canudenses em luta, leia-se resistência, é concebido como transmutação de uma situação para outra: a morte é vista como porta para o céu.

Para concretizarmos esta análise, utilizaremos os relatos que informam o clima de dramaticidade impregnado na prática social do cotidiano canudense, principalmente dos exercícios religiosos: ritos. Consideramos como ilustrativos, os momentos específicos da produção religiosa: as missas, procissões e vida ascética.

As práticas religiosas realizadas pelos canudenses devem ser vistas como práticas sociais e, como tais, só é possível sua leitura pelas formas simbólicas manifestadas no conjunto das relações mantidas pelos grupos entre si e os outros.

De que forma os canudenses expressaram suas propostas de mudança social? Estas propostas podem ser encaradas como experiência de mudança (ou não) frente a sociedade vigente? Qual o significado político-ideológico subjacente às práticas religiosas do referido movimento?

O movimento histórico de grupos sociais de sociedades em crises, quase sempre registrou tentativas ou construções de projetos de vida imaginavelmente ilimitados, de superação de desejos terrestres. Desejos esses que assumiram formas sociais que são a um só tempo - corpo e alma - da vontade existencial humana.

A proposta social se faz evidente nas formas

alternativas frente a dominação vigente, ultrapassa a seara insípida do protesto contra a pobreza, seca, e a opressão, para se lançar num processo aberto de construção permanente do futuro. Esse processo de construção é mediado pela "esperança". Esperança de um mundo novo, daquilo que "ainda não é", mas deve ser feito. Pelo trabalho humano, pela alegria, pela promessa divina, a espera se constitui meta principal dos projetos sociais, o reino da liberdade.

O reino da liberdade é o lugar onde não cabe mais a utopia, onde se resolvem todas as adversidades e todas as alienações. É o futuro que explica o passado.

A espera utópica não se faz pela inércia, ao contrário, mas pela ação no presente. Esta se serve de elementos do passado (superavit cultural) como mola propulsora a projetar o presente sempre para frente.

Nossa intenção é ultrapassar a imediata observação dos fatos, dando coerência, sentido e organização das ações dos atores, neles envolvidos. Neste sentido procurou-se definir os atores a partir de suas relações sociais, submetendo-os a seu pontos de vista aparentemente coerentes e racionais. Não há sistema de representações uniformes que não contenha elementos divergentes e conflitivos. Foi partindo desse pressuposto que tentou-se compreender as práticas sociais dos agentes envolvidos no movimento social canudense.

Nossa hipótese principal é a de que as representações

político-religiosas, ainda que mescladas por elementos de racionalidades distintas (tradicional e moderno), desenvolvidas pelos atores em confronto, conduziram às práticas sociais inconciliáveis entre a nova ordem social pleiteada pelos sertanejos canudenses e a ordem social estabelecida. Desse confronto, a ordem social vigente tem sua hegemonia política questionada e seu poder organizacional limitado, uma vez que sua precária unidade deixou de ser absoluta.

O poder do Estado foi atingido no seu ponto nevrálgico. A nova ordem canudense ensaiou criar um novo "Estado", com poder integrativo e organizacional, com princípios e regras próprias e por isso mesmo foi incômodo e combatido em seu projeto alternativo de vida.

Propomos apresentar no primeiro capítulo, os antecedentes sociais pertinentes ao contexto sócio-político do sertão de Canudos.

No segundo capítulo, a preocupação central foi ressaltar os aspectos principais do itinerário de Antonio Conselheiro, cuja participação determinou os referenciais ideológicos em Canudos.

No terceiro e último capítulo, a tentativa foi de reconstituir sociologicamente o significado das representações sociais entendidas como fundamentais na compreensão da produção e organização do projeto político canudense.

CAPITULO I

o sertão está em toda a parte.

J. G. Rosa

1956

I. O SERTÃO DE CANUDOS

A microrregião do sertão de Canudos formada pelos municípios de Euclides da Cunha, Monte Santo, Queimadas, Tucano, Itiúba, Uauá e Quinjingue, constitui uma das áreas mais secas do nordeste baiano.(1)

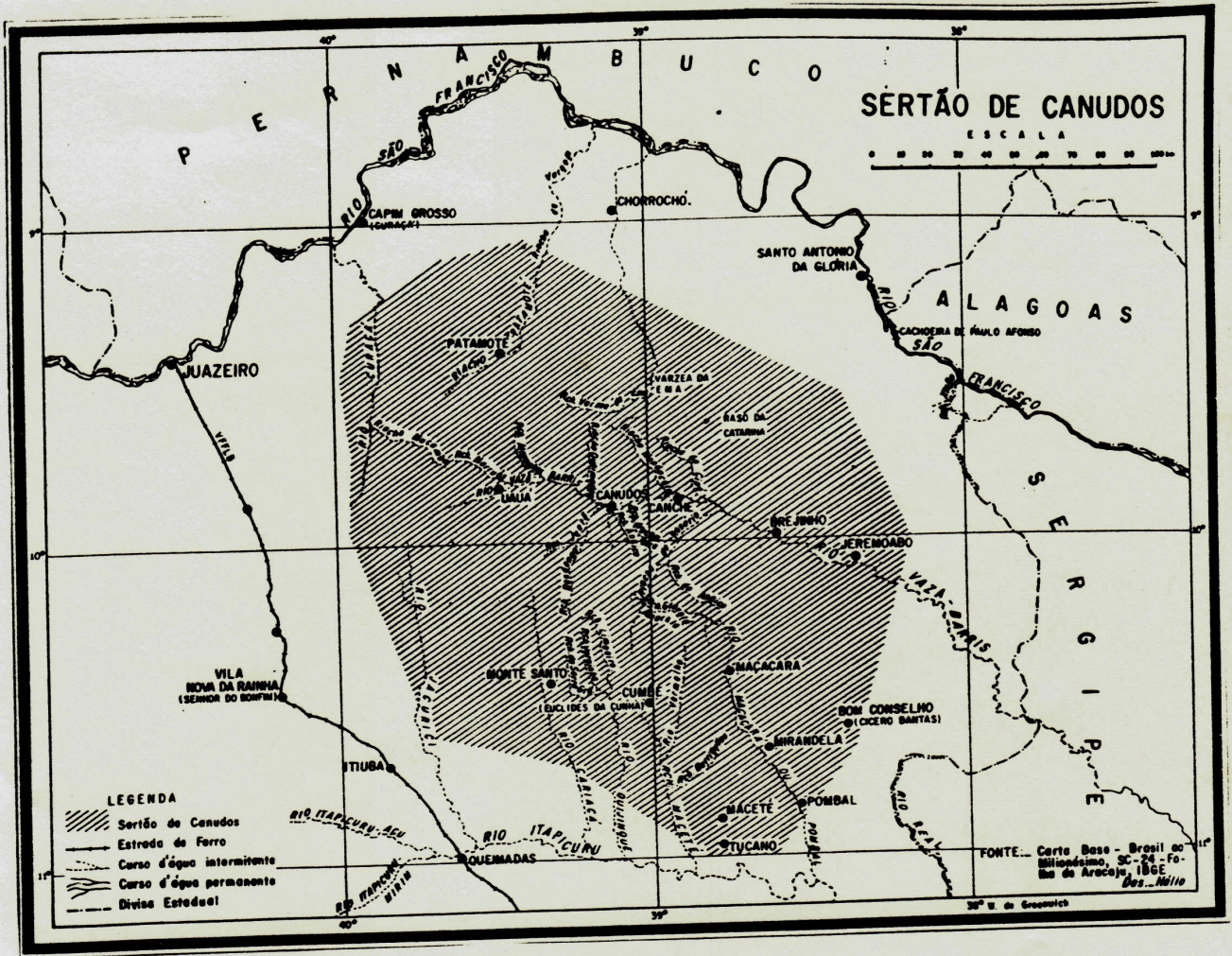
Sua área é de 21.823 Km², representando 3,9 % do território do Estado.

A bacia hidrográfica predominante nesta microrregião compreende os dois rios mais importantes, o Vaza-Barris e o Itapicurú, com seus respectivos afluentes, cujas nascentes se originam da serra da Itiúba.

O sertão de Canudos se localiza no vale do rio Vaza-Barris, e o seu relevo se estende por trechos de terrenos, suavemente ondulados, onde se destacam as serras de Canabrava, a nordeste; de Cocorobó, no leste; de Cambaio, no oeste; de Caipã, no norte e de Calumbi, no sul, com altitude média de 400 metros e coberto pela vegetação de caatinga aberta. (Ver figura nº 1)

Nestas áreas mais altas, das encostas das serras, predominava tradicionalmente a criação extensiva de bovinos

(1). Divisão do espaço geográfico adotada pela FIBGE. O Sertão de Canudos é a microrregião-MRH:141. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, no 14-Bahia, vol. 1, T. 1, 1980. p. XXVII.



(Fig.nº 1)

Mapa do Sertão de Canudos
(Fundação Casa de Rui Barbosa)

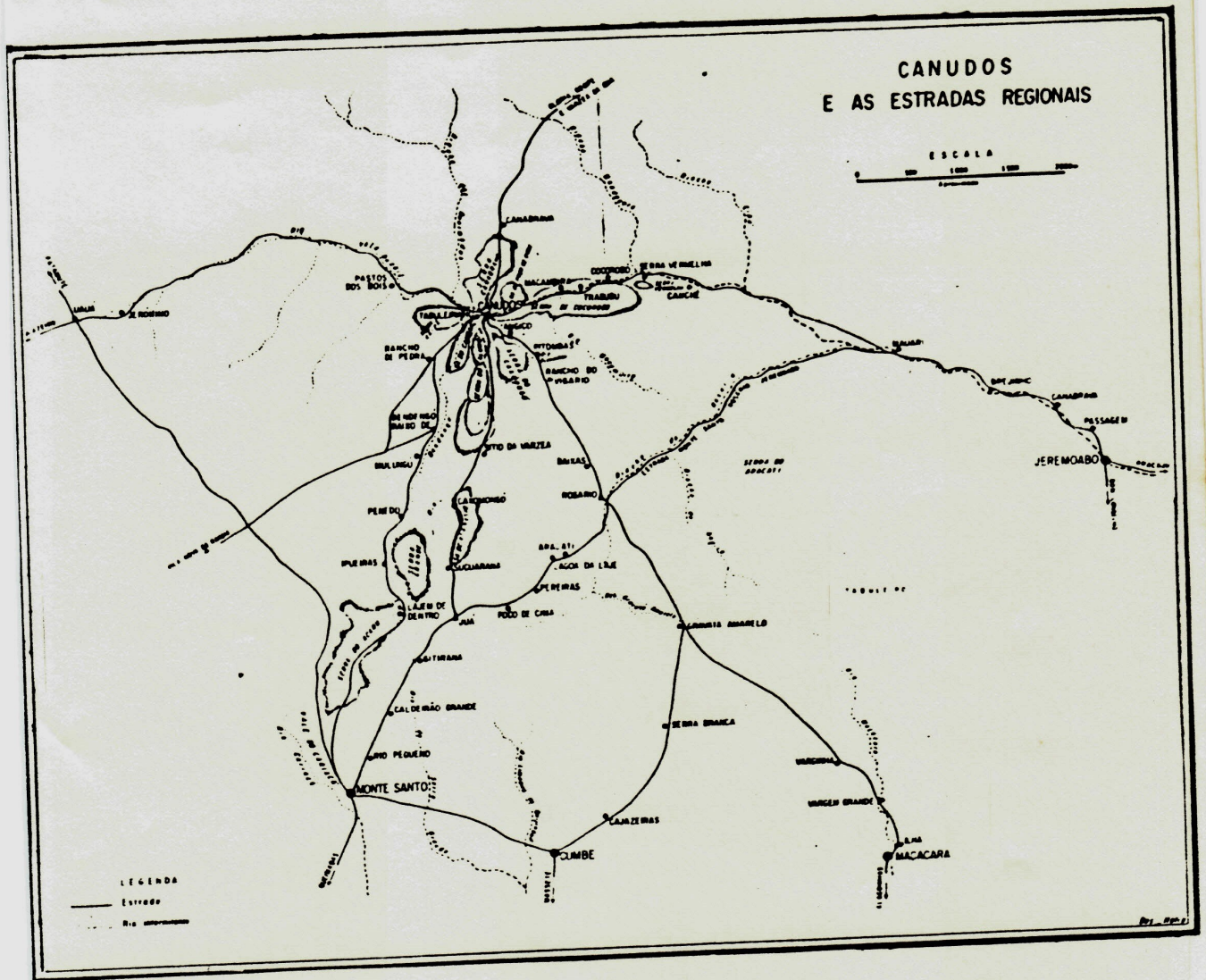
e caprinos. Enquanto nas áreas úmidas e férteis, se praticava em pequena escala a lavoura de subsistência.

O conhecimento da região de Canudos não é recente, remonta às notícias dos cronistas e historiadores da segunda metade do século XVII.(2) Esses relatos informam sobre sua paisagem em aspecto geral, clima, flora e fauna, assolada pelas estiagens anuais.

O curso intermitente dos rios da bacia hidrográfica do Vaza-Barris é ressaltado pela historiografia seiscentista entre os elementos geográficos da área, pela sua importância na história da ocupação e povoamento do interior nordestino baiano e do país, como leito das primeiras veredas ou estradas de gado. Por estes caminhos o sertão de Canudos se interliga aos pequenos povoados e cidades mais distantes do norte e nordeste brasileiros, e também com a capital da província baiana.(Ver figura nº 2)

Depreende-se do mapa supra citado que o acesso a Canudos pelas estradas de Uauá, de Canabrava, de Jeremoabo, de Maçacara, de Vila Nova da Rainha e de Queimadas (ponto de entroncamento da Estrada de Ferro Leste Bahia), contribuiu significativamente para seu rápido progresso, principalmente quanto as relações comerciais mantidas com as localidades de Monte Santo e Uauá, que são os povoados

(2). CAPISTRANO de Abreu, J. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Liv. Briguiet, 2 ed. 1960.p. 95-98.



(Fig. nº 2)
 Mapa de Canudos e as estradas regionais
 (Fundação Casa de Rui Barbosa)

mais próximos de Canudos e, distam aproximadamente 60 km daqueles.

Para a cidade de Juazeiro a distância é de 160 km. Um pouco mais para se chegar a Vila Nova da Rainha (200 km) e, até Queimadas, o percurso é de 168 km. E de 383 km a distância entre Canudos e Salvador, capital do Estado.(3)

A densidade populacional no sertão canudense, igualmente no nordeste brasileiro, sempre se apresentou baixa, com exceção nas áreas ribeirinhas, onde o gado e o sertanejo refugiam-se nas secas e na fome. As cacimbas no leito dos rios secos se transformavam em oásis, que aplicavam a sede e adiavam a morte intinerante.

As lavouras de curto ciclo, quase todas destruídas, a escassez de alimentos e, por consequência, com seus preços elevados, acabam por empurrar, dispersar famílias de pequenos lavradores, pequenos proprietários e comerciantes rumo às cidades e capitais nordestinas. Nestas cidades cresce o número de desempregados e "vadios". Sendo inevitável o controle da criminalidade pela força policial como único e costumeiro recurso disponível.

Parte desse contingente de deserdados da terra e do trabalho, desamparados pelo poder público, para sobreviver à miséria absoluta, vai formar uma clientela especial a

(3). PEDREIRA, Pedro Tomás. Pequeno Dicionário dos Municípios Baianos. Bahia, 1981. p. 53.

serviço dos grandes proprietários, suas milícias particulares, em troca de proteção e amparo material. Acobertado pelo patrão, pratica toda sorte de abusos de poder.

Entretanto, há aqueles que se revoltam contra a alta dos preços dos alimentos, do recrutamento militar, da violência policial.(4) As agitações e motins populares colocando em risco a ordem pública das pequenas vilas ou cidades nordestinas, completando desse modo o gravíssimo quadro de convulsão social em todo o nordeste brasileiro.

No sertão nordestino os camponeses, (moradores ou agregados) enquanto trabalhadores livres, são impedidos ou excluídos dos direitos de propriedade da terra. O acesso à terra se limitava a posse temporária de determinadas parcelas de terras da propriedade dos fazendeiros, para moradia e exploração de "roçados".

Estes posseiros, moradores, e sitiantes constituíam o campesinato da época, que tinha por característica ser formado por pequenos produtores de gêneros alimentícios de consumo interno, portando dependência pessoal com o grande proprietário fundiário.

Esse campesinato, embora crescentemente limitado as áreas improdutivas, consegue ainda assegurar sua

(4). MONTEIRO, Hamilton de Matos. Crise Agrária e Luta de Classes. p. 137-138.

reprodução.

As unidades de produção nesta zona foram secularmente entregues à criação extensiva do gado bovino nas grandes fazendas de criar, administradas por vaqueiros que recebiam a "quarta" como remuneração pelos serviços prestados. (5) Ao vaqueiro era permitido, ainda, praticar a lavoura de subsistência, em pequenos roçados, e a criar gado miúdo: cabras, carneiros e porcos. A agricultura desenvolvida à sombra dos "currais", nos locais mais úmidos das ribeiras, era restrita à produção de gêneros alimentícios para manutenção das fazendas e dos próprios vaqueiros, apresentando relativa abundância, nas "estações chuvosas", sendo quase extintas nos períodos longos de estiagem.

Na Bahia, o escoamento da produção dos gêneros alimentícios era realizado pelos sitiantes nos vales úmidos do sertão e agreste, para consumo interno das vilas e cidades interioranas vizinhas as regiões costeiras, e à Capital, em situações precárias. (6) As comunicações internas, até meados do século XIX, eram deficientes, mediante as poucas estradas ou caminhos abertos pelas

(5). ANDRADE, M. Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo. Ciências Humanas. 1980. p. 164.

(6). MATTOSO, Katia M. de Queirós. A Bahia- A Cidade do Salvador e seu Mercado no Século XIX. Hucitec, 1978. p. 23-24.

intinerantes boiadas, em busca de novas pastagens no Agreste e Sertão norte do São Francisco e Sergipe ou ainda nos campos gerais dos sertões do Piauí e Goiás. Os produtos de exportação como açúcar, tabaco, cacau, algodão e café cultivados em sua maioria nas regiões costeiras, não constituíam muito problema, eram todos escoados pelos rios e pelo o mar. Porém, aqueles que se situavam distantes da baía do Recôncavo, sofriam a demora de sua entrega no porto de Salvador. Contudo, a situação ficava mais grave quando se tratava dos gêneros alimentícios cultivados nos centros mais afastados da Zona da Mata. A essa problemática, segundo Kátia Mattoso, reclamava Manoel Jesuino Ferreira em 1875, uma perda para a economia da Província de grande somas de valores, face a falta de comunicações rápidas "com os seus centros populares e ricos do interior".(7)

Nesse período de crise econômica, o governo baiano expandiu a construção da "Estrada de Ferro Federal da Bahia São Francisco" com seus 123.340 m , em 1870, que ligava o litoral ao agreste, favorecendo a região do Recôncavo, principal centro produtor de cana-de-açúcar, tabaco, mandioca, feijão, milho, côco, banana, peixes e camarões, para abastecimento da Capital e do mercado externo. O sertão norte do São Francisco ficou isolado.

(7). *Idem, ibidem, p. 24.*

(8). *Idem, ibidem, p. 26-27.*

O imenso sertão, aqui e ali pontilhado por suas manchas de água e rebanhos, é todo deserto. E, no meio dessas manchas, as fazendas e sítios vão esboçando as linhas demarcatórias de sua ocupação. Ocupação de famílias, de início pequenas, que subiram o rio Vaza-Barris de leste a oeste, juntaram-se a outras, formando clãs conhecidos na região de Simão Dias, (9) Bom Conselho e Jeremoabo.

A ocupação dessas terras e a consequente demarcação de seus limites do lado esquerdo do Vaza-Barris, teve além da liderança do Major José Antonio Meneses, a co-ajuda decisiva da família do Coronel João Dantas dos Reis, fazendeiro e prestigioso político em Salvador. (10)

Descendentes deste e de outros grupos familiares, igualmente importantes, se dirigiram rumo as terras de Monte Santo, pelas margens do rio Itapicurú, subindo a oeste, até chegar aos sertões de Uauá e Curaça.

Esse processo seletivo de incorporação crescente de novas terras, rumo ao sertão de Canudos, se deu pela apropriação num primeiro momento das terras indígenas e num segundo, de posseiros precários e impotentes diante a força dos fazendeiros.

As terras da freguesia de Nossa Senhora do Bom

(9). SILVA, Cândido da Costa e. Roteiro da Vida e da Morte. São Paulo: Atica, 1982. p.6. Apud. Freire, Felisberto. História de Sergipe. Petrópolis, Vozes, 1977. p.322.

(10). Idem, ibidem, p. 8-9.

Conselho, outrora pertencentes ao Major José Antonio de Meneses, passaram a pertencer ao Dr. Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, descendente do clã Dantas dos Reis. Nesta freguesia está a maior parte de seu patrimônio fundiário, possuindo cerca de desesseis fazendas, mais três casas na mesma vila.

Dominavam nestes sertões, contendas entre famílias, pela liderança política local, cujo poder de mando, de influenciar na questão de limites territoriais entre outras, atingiam diretamente a assistência pastoral ao povo. Em razão dessa assistência religiosa, o que não faltou foi argumento e meia-verdades para camuflar o envolvimento de padres na defesa das lideranças em conflito.(11)

O sertão de Canudos, originalmente, compreendia as terras do termo de Monte Santo, pertencentes às terras de Itapicurú de Cima, até o ano de 1837, quando aquele foi elevado a categoria de vila pela Lei Provincial nº 51 de 21 de março do referido ano. Posteriormente foram desmembrados os municípios de Tucano e Queimadas. Destes, ainda três outros municípios, surgiram respectivamente: Uauá, Quinjingue e Itiúba.

A vila do Cumbe, criada em 1881, só dezessete anos

(11). *Idem, Ibidem.* p. 28-29

depois passou a categoria de município, com território desmembrado do município de Monte Santo. (12) Sua denominação atual é Euclides da Cunha, sede do distrito do mesmo nome, formado ainda pelo distrito de Canudos até a campanha militar de 1897, sob a jurisdição da Comarca de Monte Santo.

A concorrência à cargos eletivos e consequente controle político locais pelos grandes proprietários, comerciantes e padres, era a tônica principal que animava a disputa política nesta região. As câmaras municipais significavam para as elites, espaço de representação e instrumento de sustentação do monopólio do poder local. Em tese, nas assembleias eram discutidas e deliberadas as matérias que disciplinariam a vida administrativa geral do município. Entretanto, de fato, serviam mais às causas e interesses particulares.

Dos proprietários, que constituíam essa elite sertaneja, segundo os registros de terras da Comarca de Monte Santo, pode-se destacar como os mais influentes, os fazendeiros descendentes de famílias locais desde a fundação e até mesmo aqueles oriundos de sua antiga jurisdição: Manoel do Nascimento Dias, proprietário das fazendas: Penedo, Aracati, Cumbe, Bendegó, Cambaio, Coiqui

(12). IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. 1958 Bahia. V-21. p. 222-23.

e Caldeirão; José Domingos de Oliveira, proprietário das fazendas: Lagedo, Saguim, Pedra Branca, Murete, Bom Sucesso e Desterro; Bendegó de baixo, Lagoa dos cavalos, Mucambo, Mundo Novo; José Higino dos Santos, proprietário das fazendas: Cambaio, Lagoa Comprida, Porteiras, Sítio Gameleiro, Tanque da Nação e Sítio Enjeitado; Galdino Dias de Andrade, proprietário do Sítio Carahybas;(13) Cícero Dantas Martins, proprietário das fazendas: Jurema, Carayba(Monte Santo), Volta, Riacho Direito, Poço da Cruz, Lagoa do Brás, Cacimba, Samambaia, Bizamun, Quatis e Alegrete (Tucano). (14)

O controle político da região nordeste da Bahia, compreendendo principalmente o sertão de Canudos, esteve nas mãos de chefes regionais, membros de famílias tradicionais, de criadores de gado e comerciantes. Seus principais líderes eram João dos Reis Sousa Dantas, Cícero Dantas Martins e seu aliado político, José Gonçalves da Silva. O primeiro dominava o município de Alagoinhas e adjacências. O segundo, barão de Jeremoabo, senhor de imenso patrimônio fundiário, controlava quase toda a região nordeste, do Itapicurú ao sertão de Curaçá. José Gonçalves, médico e governador do estado(1892-93), controlava o centro agro-comercial do Bonfim.

(13). Livro de Indicador Pessoal. 1878-1934. Indicador do no. de registro de terras, profissão, domicílio e nome. FORUM ROGASENDO CARNEIRO DE MONTE SANTO-BA.

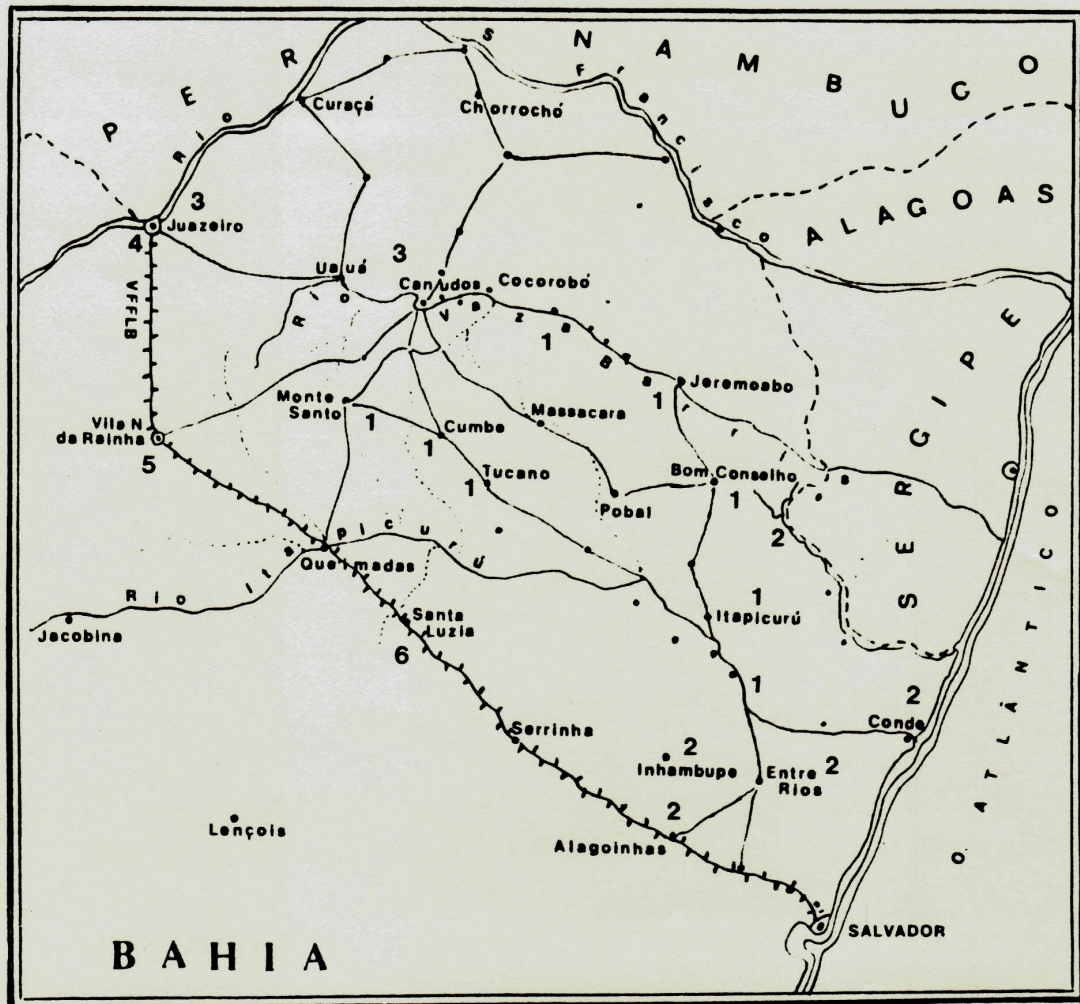
O centro comercial de maior importância política à época dos conflitos e próximo ao sertão de Canudos, foi Juazeiro. Dois coronéis comerciantes tiveram influência na região, João Evangelista Pereira e Melo e José Alves Pereira. Sabe-se que eram proprietários de grandes casas comerciais em Juazeiro. João Evangelista, era Comissário de Polícia de Juazeiro, e negociava com couro e peles de cabras junto a Canudos, intermediando rico comércio com casas exportadoras em Salvador. Não há informações quanto ao segundo comerciante.

Embora gozando de menor reconhecimento da sua influência na região de Canudos, é mister destacar a participação do Cel. José Leitão, como proprietário e comissário de polícia em Santa Luzia. (ver figura nº 4) Foi acusado de negociar armas e munições para o Conselheiro, e ainda, de promover embaraços na remessa de ajuda material aos oficiais. (15)

José Leitão não escondia sua simpatia e defesa pelo Conselheiro, conforme opinião manifestada na imprensa baiana em 1893. (16)

A dominação conorelista dessas elites na região de Canudos com predominância para o tipo familiarocrática (17),

(14). Autos do Inventário do Dr. Cícero Dantas Martins. In: Comarca de Itapicuru. Presidência da Província, Secção Histórica, Serie Viação. Arquivo Público do Estado da Bahia.



(Fig 4)

PRINCIPAIS CHEFES POLÍTICOS NA REGIÃO DOS CONFLITOS

Legenda:

- | | |
|------------------------------------|---------------|
| 1. Cícero Dantas Martins | (Fazendeiro) |
| 2. João dos Reis Sousa Danta | (") |
| 3. João Evangelista Pereira e Melo | (Comerciante) |
| 4. José Alves Pereira | (") |
| 5. José Gonçalves da Silva | (Fazendeiro) |
| 6. José Leitão | (Comerciante) |

atendeu amplamente à preservação dos interesses econômicos familiares. O monopólio do poder político tem sua origem, é claro, na supremacia econômica de terras agropastoris, mas também na habilidade de manter os laços de dependência pessoal de seus agregados, de arregimentar milícias privadas. Neste sentido o desejo de manter suas lideranças e monopólios, transformaram as elites em senhores absolutos, autoridade única em suas áreas de influências. A autoridade pública local é confundida com o poder dessas elites.

1.1 A feira é fora do barracão.

O sistema tradicional de comercialização no nordeste brasileiro se fez através das feiras locais e regionais. Estas feiras eram entre outros sistemas de comercialização, responsáveis pelo suprimento de alimentos às populações das lavouras, exportadoras e das cidades costeiras. A feira era também um mercado de serviços.

As feiras locais, de consumo no sertão, caracterizaram-se pelo trabalho intensivo, na produção de milho, feijão, arroz e farinha de mandioca, pelos

(15). Fundação Casa de Rui Barbosa. Canudos subsídios para a sua reavaliação histórica. p.183.

(16). Jornal de Notícias, Salvador 10/06/1893.

(17). PANG, Eul-Soo. Conorelismo e Oligarquias: 1889-1943. A Bahia na primeira República. Civ. Brasileira. 1979. p.40.

camponeses, pelos pequenos proprietários, enquanto pequenos produtores de gêneros alimentícios e, ao mesmo tempo, consumidores de produtos manufaturados de outros centros comerciais.

A produção de gêneros alimentícios era somada a outras mercadorias produzidas artesanalmente, principalmente no sertão, como subproduto do criatório de gado bovino e caprino. Do beneficiamento do couro curtido se originava a maioria dos objetos de uso doméstico.

A venda desses subprodutos aos atacadistas para Forman Shepard, possibilitava uma crescente capitalização e desenvolvimento da feira local. (18) O autor destaca o papel do intermediário na revenda desses produtos diretamente para atacadistas.

De acordo com o esquema dos estágios de desenvolvimento e integração da comercialização camponesa regional no nordeste, apresentado por Forman Shepard, a feira de Canudos pertenceria ao terceiro estágio, no qual coexiste de forma predominante a feira de distribuição com crescente aumento da feira local.(19)

Isso ficava evidente em Canudos, na medida em que a produção em grande quantidade de couro curtido e peles de

(18).FORMAN, Shepard. Camponeses: sua participação no Brasil. Trad. M.I. Erthal Abdenur. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. p. 133-142.

(19). Idem, Ibidem, p.157.

caprinos era vendida diretamente ao grande atacadista de Juazeiro, João Evangelista Pereira e Melo, principal agente revendedor para os exportadores de Salvador.(20) Do seu armazém em Juazeiro, solas e peles eram despachadas pela estrada de ferro com destino á capital do Estado.

Na intermediação dessas transações comerciais, destaca-se a importância dos irmãos Vila-Nova, que operavam como principais intermediador na venda de produtos manufaturados em Canudos, os únicos credenciados por Antonio Conselheiro nestas atividades.

A distribuição interna da comercialização em Canudos, inclui a feira livre em céu aberto no centro da praça; a venda e o armazém.

A feira livre normalmente era feita em logradouros públicos nas sedes dos municípios, onde os feirantes se alojavam debaixo de um barracão no centro dos povoados.(21) Nas adjacências se localizavam as vendas dos comerciantes locais, como escoadouros de varejo permanente. Enquanto nos armazens a distribuição era feita no atacado.

Os feirantes chegavam a Canudos para a movimentada feira, localizada no centro da praça das igrejas. Traziam para serem vendidos gêneros alimentícios oriundos de sítios

(20). NOGUEIRA, Ataliba. Antonio Conselheiro e Canudos. São Paulo. Nacional. 1974. p.207.

(21). "Barracão de feira" - nome dado ao telheiro quadrado de construção simples, localizado no centro da rua ou praça principal da sede.

próximos e de localidades e feiras mais distantes: Monte Santo, Uauá, Vila Nova da Rainha. (ver figura nº 3).(22)

Nesse pátio interno, onde a feira era instalada, esses feirantes negociavam livremente seus produtos sem a presença do arrematante de impostos.

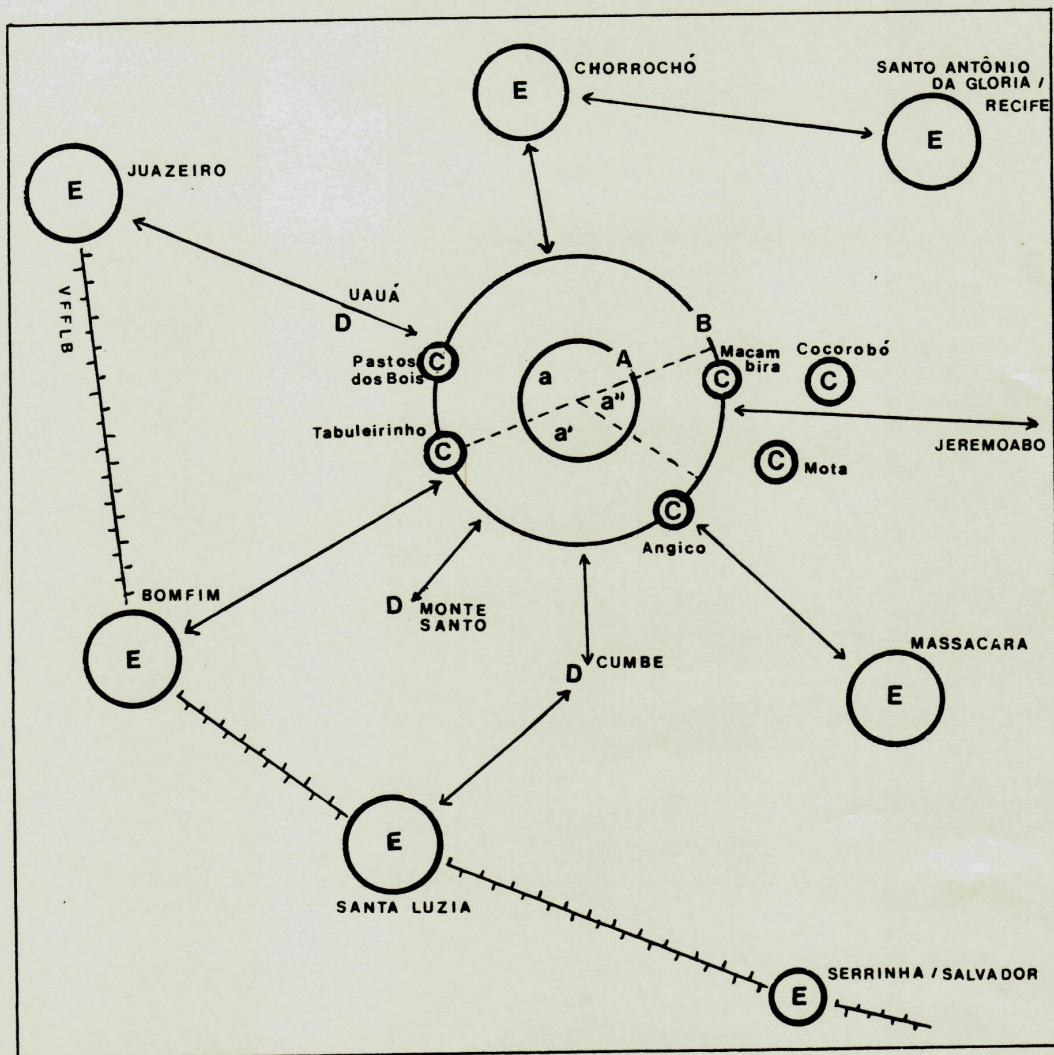
Antonio Conselheiro tinha levantado em outros locais sua repulsa diante dos editais de cobrança de impostos, do abuso cometido pelos arrematantes na avaliação da taxaço, sempre acima do valor de venda dos produtos comercializados pelos feirantes. (23)

Em diversas passagens de suas prédicas, Antonio Conselheiro se refere a usura, chamando atenção dos procedimentos espoliativos e opressivos empreendidos pelas autoridades e prepostos das coletorias fiscais, da policia, dos negociantes usuários, que recaiam sobre os pequenos proprietários, feirantes e camponeses:

"... não fica escuso o que injustamente possui e tem furtado com usuras, tratos e destratos, tendo fazendas senão quando restitui: por ser o furto pecado mortal, de sua natureza oposto á virtude e contra a justiça".(24)

.....
"... como costuma fazer os criados a seus amos e os vendedores ao povo".(25)

(22). Esta vila até 1886, era considerada uma das primeiras da província. "Em tempo de seca, um grande mercado abastece Monte Santo, Juazeiro, Capim Grosso e até parte dos sertões do Ceará". Cf. Durval Aguiar p. 118. Domina nas suas imediações, a pequena lavoura de cereais e de fumo. Sua população chega perto de 20.000 habitantes.



(Fig.nº3) REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO EM CANUDOS

- A - Centro Comercial de Canudos
- B - Área de Abrangência
- C - Pequenos Criadores e Sitiantes vizinhos
- D - Feiras locais
- E - Centros Comerciais mais distantes
- a - Área de Criatório de Cabra e Curtume
- a' - Área de Cultura de Mandioca
- a'' - Área de Cultura de Várzea

.....
"Furta o negociante que oculta os defeitos da fazenda na vara, no côvado, no peso, na medida, misturam a bebida com água. Quando o objeto não tem pronta venda, deixa de vender para aproveitar a ocasião da falta, para exigir mais do que pode vender. (...) O juro excessivo que exige daqueles que estão na precisão. (...) Furta o vaqueiro, quando não cumpre com seu dever, assim como também seu amo (fazendeiro) quando não faz a partilha como deve. (26)

Havia em Canudos uma casa comercial que concentrava as funções de escoadouro a varejo (a base do crédito), a de vendas ao atacado e guarda de mercadorias. Suas instalações eram localizadas em frente a praça das igrejas. A gerência desta loja era entregue ao comerciante cearense Antonio Francisco de Assunção, conhecido pela alcunha de Antonio Vilanova. A direção dos negócios tinha também o apoio do irmão Honório Francisco de Assunção. (27) Como único e próspero estabelecimento comercial no povoado, gerou admiração e também descontentamento por parte de comerciantes vizinhos. (28)

Além do abastecimento com base na produção agropecuária, principalmente de seus sub-produtos: couros e peles, como um dos principais suportes de sustentação da

(23). CALASANS, José.

(24). CONSELHEIRO, Antonio. Prédicas aos Canudenses e um Discurso sobre a República, Belo Monte, Província da Bahia, 1897. In: Nogueira, Ataliba. Antonio Conselheiro e Canudos. p.133.

(25). Idem, *Ibidem*, p.133.

base econômica do povoado, significativas eram as contribuições e doações de comerciantes e pequenos proprietários vizinhos, e quotas da venda de transações comerciais. Tudo sob o controle e administração dos irmãos Vilanova, principais intermediários junto a Companhia do Bom Jesus, e outros mercados.

A supervisão geral de Antonio Conselheiro evitava a especulação dos intermediários não credenciados.

Essa supervisão tem precedente na própria origem de Antonio Conselheiro, enquanto filho de pequeno comerciante, é conhecedor desde jovem do terreno movediço das trocas comerciais sob o signo da usura. Herdou dívidas oriundas de empréstimos contraídos pelo pai.

Neste sentido podemos concluir segundo as colocações acima, ser incontestável a importância determinante da base de sustentação econômica da comunidade, principalmente do desenvolvimento da rede de relações comerciais e da visível preocupação de Antônio Conselheiro em tentar denunciar e corrigir as injustiças sociais.

1.2. Uma fazenda abandonada

Canudos era uma fazenda de gado,⁽²⁹⁾ localizada às

(26). *Idem*, *Ibidem*, p.134.

(27). Manoel Benício.Rei dos Jagunços. pág. 132. Cf. Montenegro, 1954. p.33.

(28). MACEDO, Newton.Memorial de Vilanova.2a. ed. Rio de Janeiro.

margens do rio Vaza-Barris, próximo ao riacho das Umburanas. Na margem direita, no topo da encosta do morro do Mário, encontrava-se uma "casa de três vãos de frente precisando de reparo".(30) Do lado esquerdo do rio, poucas e pequenas casinhas, dois currais pequenos em mau estado e a capela de Santo Antonio.

A fazenda ficou conhecida como abandonada e em ruínas,(31) quando da ocupação por parte do Conselheiro e seus adeptos, em 1893.

Em suas imediações num raio de aproximadamente 12 km de extensão, existiram pequenas propriedades: Angico, Rosário, Tabuleirinho, Macambira, Fazenda dos Mottas (ver figura nº 2). É mister, destacar desde, o início da ocupação de Canudos, a função destas pequenas áreas destinadas a produção de alimentos no abastecimento daquele núcleo de povoamento. Embora sua produção dominante tenha sido à criação de gado.

Todas essas propriedades estiveram sob jurisdição da Comarca de Monte Santo. É provável que a fazenda de

(29).Mariana Fiel Dantas de Carvalho, é filha do Dr. Fiel José de Carvalho e Oliveira, médico e deputado provincial na Bahia e Sergipe, proprietário absenteista das fazendas de Canudos, Cocorobó e Poço de Cima, no Vale do Rio Vaza-Barris, falecido em 29/07/1889. Cf. Correspondência particular de P.M. Fontes á Cícero Dantas Martins. Bahia. 31/01/1899.

(30).Idem, Ibidem. (Nota 29). O formal de partilha amigável dos bens inventariados do Dr. Fiel J. de Carvalho e Oliveira não foi encontrado no Arquivo Público da Bahia.

Canudos, face ao espólio do Dr. Fiel José de Carvalho de Oliveira, não tenha se constituído de fato uma grande propriedade. Entretanto não significa dizer que no sertão de Canudos não tenham predominado os imensos latifúndios. Também é provável, no intertício dos limites destas propriedades, encontrar grandes áreas de terras devolutas.

Observa-se no entanto que a ocupação de Canudos pelo Conselheiro, se deu de forma pacífica sem qualquer resistência por parte de seus administradores e legítimo proprietário.

O direito de posse exercido pelos ocupantes, só poderia ser conhecido, legitimado, mediante ação possessória de manutenção desse direito, ingressada em juízo pelos "invasores" conselheiristas.

E mister considerar a posição de liderança de Antonio Conselheiro, sobretudo de astuto estrategista, conhecedor das contendas forenses, em preferir a ilegalidade, procurando conscientemente negar a presença do Estado, do direito de propriedade. Por isso não buscou legitimar a possessão mas defendeu junto a comunidade, lutando até a morte. Para os conselheiristas o único direito a defender era o de viver junto ao Conselheiro em Canudos.

(31). CUNHA, Euclides da. Os Setões. A Campanha de Canudos. Ed. Ouro. p.214.

A proprietária cabia ingressar com a ação reivindicatória contra a posse ilegítima praticada pelos conselheiristas bancando a expulsão destes, mas não o fez. Entretanto preferiu tirar vantagens, intervindo indiretamente no conflito, quando da Campanha militar contra os canudenses, apoiou permitindo às forças federais e estaduais utilizarem-se de considerável suprimento de bois das fazendas de Canudos, Cocorobó e Poço de Cima. A correspondência mantida entre o procurador da herdeira, Paulo Martins Fontes e o Dr. Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo, é prova incontestada da assertiva acima quando, após dois anos do massacre de Canudos, aquele acena com a possibilidade do ressarcimento das perdas, solicitando a interveniência do barão junto ao governo, ação de indenização.(33)

Essa situação não foi caracterizada na época, pela proprietária, como ameaça a propriedade aparentemente abandonada. Isso tanto é verdade, que seu procurador em outra carta ao Barão, ajuiza em favor dos conselheiristas a intocabilidade dos bens dos republicanos, "contando com os grandes recursos fornecidos pelos seus fanáticos".(34)

Por outro lado essa ambiguidade de juízos, atitudes, revela que o processo de expulsão não foi uma hipótese

(33). Op. cit. (nota nº 29).Correspondência particular de P. M. Fontes à Cícero Dantas Martins.

totalmente descartada, mas apenas adiada até o massacre final em 1897. Deixou ao Estado a tarefa maior: o ônus da guerra e a limpeza da área conflagrada.

A formação do povoado, migraram significativos contingentes de famílias do sertão e do agreste baianos, especialmente após o conflito de Uauá em setembro de 1896.

Desse numeroso grupo de famílias, destacam-se em maior quantidade, camponeses-posseiros e ex-agregados, escravos ou não das grandes fazendas e que junto a uma parcela menor de pequenos proprietários vão se ocupar de atividades agro-pecuárias em Canudos. E uma parcela bem menor de pequenos negociantes intermediadores no próspero comércio de peles e couro. Desse pequeno grupo, destaca-se a família dos irmãos Antonio e Chiquinho Mota, pequenos criadores próximos a Canudos.

A prosperidade notória do povoado de Canudos se deu em razão de dois aspectos intrínsecos à organização da vida econômica. O primeiro resultou da intensa rede de comunicações permeada pelas relações comerciais com as outras localidades. O segundo aspecto, o mais importante,

(34). Op. Cit. (nº 29). Cf. Apelação civil nº 1122, junto ao Supremo Tribunal Federal. Bahia, Litho Typ. e Enc. Leis, 1905, In Fundação Casa de Rui Barbosa. Centro de Documentos Canudos. Subsídios para sua reavaliação histórica. Rio de Janeiro, 1986. p. 294. Obs: Segundo a Fundação o documento não foi localizado nas instituições consultadas.

se deu pelo trabalho intenso dos camponeses na produção de gêneros alimentícios, criação de caprinos, indústria de couro e peles. (35)

Considerando as breves colocações, discutidas até aqui, sobre o processo de formação de um campesinato no sertão de Canudos, em especial quanto as suas possibilidades reais de reprodução autônoma, vai se constituir o tecido das relações sociais fundamentais entre seus partícipes. Relações estas, percebidas por estes em diferentes níveis de sua reprodução.

Entendemos que, dentro deste contexto, a participação ativa de Antonio Vicente Mendes Maciel, como agente principal do movimento de Canudos, foi decisivo na tentativa de organizar esse espaço alternativo junto as populações sertanejas, baianas.

(35).Op. Cit.(no 27) .O Rei dos Jagunços. Crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1899. p. 171-173.

CAPITULO II

... his day is marching on.

J. W. Howe

1862

... seguirei para onde me chamam os
mal-aventurados.

A.V.M.Maciel

1876

2. ANTONIO CONSELHEIRO : INTINERARIO ATORMENTADO

2.1. Antonio Vicente Mendes Maciel

A proposta não é traçar uma biografia retilínea e acabada do personagem, mas situá-lo dentro de um breve roteiro elucidativo para os objetivos deste trabalho.

As pesquisas em torno da vida e obra social e religiosa de Antonio Conselheiro chegam aos nossos dias ainda bastantes precárias e contraditórias. Há aspectos que carecem de explicação plausível, por serem fundamentados mais em lendas do que em fatos. Contudo entende-se que o imaginário constitui parte da realidade social e, sobretudo seu substrato ideológico.

Desde o surgimento de Antonio Conselheiro nos sertões da Bahia, em 1874, até a deflagração e destruição do movimento de Canudos, quase nada se sabia a respeito de sua vida em momentos anteriores, pouco mais, que era natural do Ceará e que tinha um nome, já do conhecimento do Sr. Francisco Pereira de Assumpção, delegado da vila de Itapicurú, por ocasião da prisão daquele. (1)

Antonio Vicente Mendes Maciel, nome completo de

(1). Cf. Correspondência do Executivo. Francisco Pereira Assumpção. Delegacia da Vila de Itapicurú, 28/06/1876. Arquivo Público do Estado da Bahia.

Antonio Conselheiro, filho do pequeno comerciante Vicente Mendes Maciel e Maria Joaquina de Jesus, nasceu em 13 de março de 1830 na Vila Nova de Campo Maior de Quixeramobim, atual município cearense de Quixeramobim. (2)

Cedo ainda, na infância, já era orfão de mãe. E aos seis anos, começara a sofrer os maus tratos da madastra em companhia de suas duas irmãs menores. O sofrimento se agrava para a família com a situação do pai, Vicente Maciel, entregue ao jogo e à bebida.

O pequeno Antonio, cresce e é educado em meio as orientações particulares do professor Manoel Antonio Ferreira Nobre, quanto as lições de latim, português e francês e as contas comerciais do pai, sobrando pouco tempo para as travessuras da idade.

Sua juventude é de toda, rápida e repleta de retraimentos, decepções e sofrimentos diante da luta diária pela sobrevivência.

Depois da morte do pai em 1855, se encontrava Antonio Vicente substituindo-o na direção da loja comercial. Os negócios não prosperavam, as rendas insuficientes não cobriam as dívidas, que aumentavam a cada dia, obrigando-o a hipotecar e vender os bens, um ano após. (3) E por fim

(2). Certidão da Secretaria do Bispado da Diocese de Quixadá. Quixadá, 02 de junho de 1984. IN: Livro de assentamento de Batizados da Paróquia de Quixeramobim, liv.11, fl.221v.

abandonando o ramo dos negócios, para recomeçar a vida ante as adversidades, como professor particular na fazenda Tigre. A esta época se achava casado com a jovem de dezesseis anos de nome Brasilina Laurentina de Lima.

Entrementes a vida conjugal regular no início, os dissabores e as amarguras das dificuldades financeiras, levam-no a mudar para Tamboril. Demora-se por pouco tempo e migra para Campo Grande, sob a recomendação do Tenente-Coronel Joaquim José de Castro, empregando-se como caixeiro da casa comercial do Major Domingos Carlos de Saboia, fazendeiro e político local.(4) O primeiro filho nasce nesta ocasião, em 1859. A casa comercial fecha e Antonio Vicente fica desempregado. Procura então sobreviver dos poucos recursos ganhos como escrivão de Paz. Nasce seu segundo filho. Permanece por ali e fixa-se em Ipú, como solicitador no fórum local. Neste interim, Brasilina mantém relações amorosas com o furriel João da Mata.(5) Antonio Vicente refugia-se da vergonha, indo morar alguns meses no interior de Tamboril.

Solitário, segue para Santa Quitéria, voltando as atividades de solicitador.(6) Atribui-se que, nesta

(3). Certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Títulos e Documentos de José Homero Saraiva Câmara da Comarca de Quixeramobim-CE. 05 de junho de 1984. In: Livro de Notas, nº 35, fls 35v/ 36v. (Escritura pública de hipoteca em 03/06/1856.)

oportunidade, passou a conviver com Joana Imaginária, como é conhecida a santeira, que lhe dá um filho de nome Joaquim Aprígio. Dois anos depois em 1865, anunciava sua vontade de seguir o caminho dos missionários leigos, errantes pelos sertões nordestinos, a pregar o Evangelho às populações interioranas, em construir igrejas. (7)

Antonio Vicente deixa para trás Santa Quitéria, rumo a Campo Grande e daí para o Crato, na região do Cariri, reaparecendo em Quixeramobim quatro anos depois, fixando-se até 1871. Há suposições que neste período tenha se dedicado ao comércio ambulante, porém parecem ser vagas e contraditórias as informações. Imagina-se que talvez estivesse no Cariri, ouvindo e seguindo as pregações do Padre Ibiapina. (8) A época, é visto passar em Assaré em 1873, na fazenda Urucú, onde conhece em criança os irmãos Antonio e Honório Vilanova, futuros adeptos seus na Bahia.

Daí segue errante pelos sertões de Pernambuco e

(4). MACEDO, Nertan. Antonio Conselheiro (A morte em vida do bento de Canudos). 2ª ed. Editora Renes, Rio de Janeiro, 1978. p. 111. (5). Militar da força pública da província do Ceará, em Ipú. Patente militar hierarquica correspondente hoje a de sargento.

(6). Aspecto merecedor de pesquisa futura junto ao Arquivo Público do Estado do Ceará, quanto ao levantamento e análise das petições e outras peças judiciárias em que pese figurar Antonio Vicente como Advogado provisionado, assitente ou não dos desamparados pela justiça.

(7). CALASANS, José. Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios. Revista Brasileira de Cultura, Abr/jun, nº 16, 1973. p.69.

Sergipe, passando por Itabaiana rumo a Vila de Itapicuru de Cima na Bahia, em 1874.

2.2 Antonio Conselheiro

"Apareceu no sertão do norte um individuo, que se diz chamar Antonio Conselheiro, e que exerce grande influencia no espirito das classes populares".(9) Este comentário, que tornou Antonio Conselheiro nacionalmente conhecido em 1877, não foi o primeiro e único. Três anos antes, o periódico sergipano "O Rabudo",(10) publicava a primeira notícia, iniciando assim uma série de centenas de informações a seu respeito.

Surgia assim sua nova feição, a de Antonio "O Conselheiro", como era chamado pelos seus adeptos, transformando-o no personagem mais conhecido nos sertões nordestinos.(11)

A peregrinação pelas vilas e povoados da Bahia, dá

(8). Celso Mariz. Ibiapina, um apóstolo do Nordeste. 2ª ed. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980. p.72-73 e 97. Cf. Nertan Macedo. Antonio Conselheiro (A morte em vida do beato de Canudos). 2.ed. Editora Renes, Rio de Janeiro, 1978.p.87-89. Os autores acima informam por volta dos anos de 1865, e 68, a presença das missões e fundações de Casas de Caridades do Pe. Ibiapina, no Cariri cearense que outrora como juiz de Direito da Comarca de Quixeramobim, absolveu em juízo a família Maciel. E possível a existência de influência na iniciação missionária do leigo Antonio Vicente, face ao confronto de aspectos comuns ao apostolado do Pe. Ibiapina, que não cabe demoradas considerações no âmbito desta dissertação.

início a outra fase de sua vida, a paixão pela obra social, que dava começo numa linha tortuosa, tracejada por calúnias, santidade, perseguições e prestígio, desnudando-se progressivamente de sua individualidade anterior, ao tempo que assume o caráter coletivo adquirido nas pregações, conselhos e fundações de obras religiosas, de orientações espiritual e amparo material às populações sertanejas durante seus últimos vinte anos de predicação religiosa.

É possível afirmar que esse cognome a ele atribuído, reflete a imagem passada aos adeptos de um penitente de vida ascética e entregue de maneira obstinada às orações e conselhos diários, como portador de uma missão que ele próprio buscou realizar. O sentimento religioso dos seguidores se viu renovado pelo exemplo vivo das atitudes e atividades de seu líder religioso. Sua personalidade mítica, se formou em meio as crenças e lendas próprias da religiosidade popular, que se encarregaram de cristalizar

(9). Folhinha Anual Laemmert, 1877. In: CUNHA, Euclides da. "Os Setões" (A Campanha de Canudos). Obra Completa, vol.II, Rio de Janeiro, Cia. José Aguiar Editora, 1966.p.203-4.

(10). Centro mostra apontamentos inéditos de Antonio Conselheiro. A Tarde. Salvador, 30 de agosto de 1983.p.3.

(11). Alcinha dada pelos adeptos referente ao conforto das orientações morais e religiosas como que emanadas de um Pai espiritual, lenitivo para todos os sofrimentos humanos.Cf CALASANS, José. O "Matricídio" de Antonio Conselheiro. Revista Brasileira de Cultura, no. 14, 1972. p. 61-62. Cf. CALASANS, José. op. cit., p.71.

práticas necessárias de unidade ideológica entre os conselheristas.

2.3 Pregações e conflitos

O surgimento de Antonio Conselheiro na freguesia baiana de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicurú de Cima, em 1874, é o marco inicial de sua jornada de pregador do evangelho, construtor de igrejas, cemitérios e açudes em inúmeras localidades interioranas da Província da Bahia restauração da igreja da Rainha dos Anjos. As pregações, rezas e ladainhas, até altas horas da noite, não eram do agrado do delegado de polícia, Boaventura da Silva Caldas, que se sentindo incomodado, procura sem êxito se entender com Antonio Conselheiro, pedindo-lhe prudência. A atitude do delegado logo é criticada pelo padre da freguesia, Agripino da Silva Borges, que segundo os informantes, tirava proveitos dos serviços do Conselheiro, nas obras da igreja.(13) Entretanto para José Calasans Brandão da Silva, a atitude do vigário pode ser analisada em termos políticos: aquele sendo liberal, era lógico que se

(12).Cf.CALASANS, José. Op. cit. (nota 7). p.70 e segtes.

(13).CALASANS, José. O "Matricídio de Antonio Conselheiro". p. 63. Cf. PANG, Eul-Soo.Conorelismo e Oligarquias 1889-1934(A Bahia na Primeira República Brasileira).Trad. Soares,Vera Teixeira.Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979. p. 71.

indisposesse com o delegado, que era compadre e correligionário de Cícero Dantas Martins, filiado do Partido Coservador e chefe político de influência consolidada, nos municípios de Itapicurú, Monte Santo, Jeremoabo, e áreas adjacentes do Sertão baiano.

As atividades religiosas durante a reforma da igreja se configuraram para as autoridades locais em desrespeitos às leis e à ordem pública, provocando a primeira repressão policial contra Antonio Conselheiro e seus adeptos. A força policial se dirige para o Arraial de Sambaíba no Itapicurú, porém Antonio Conselheiro já havia se refugiado na vila de Campos(atual Tobias Barreto), na província de Sergipe.(14)

Volta à região do Itapicurú, logo em seguida, encontrando-se, em 1875, na freguesia de N. Sra. da Conceição do Aporá, propondo ao padre João José Barbosa concluir o cemitério local em troca da permissão para rezar o terço e pregar aos fiéis.(15) A permissão fora concedida parcialmente. A pregação lhe era proibida, era pois atribuição do padre. Antonio prefere deixar a sede da freguesia e segue em direção aos sítios de Araçá, Esperados, Catinga e Cumbe, pregando e rezando por conta própria, à revelia das autoridades eclesiásticas e

(14). Cf. Op. cit.(ng 7).p.63

(15). Cf. idem, ibidem,p.64.

policiais.(16)

Começa o longo período de reclamações, denúncias e pedidos de providências dos párocos locais junto ao Arcebispado da Bahia, através de cartas e ofícios. A maioria destas cartas, segundo José Calasans Brandão da Silva, indica ao mesmo tempo o receio da diminuição do poder das autoridades eclesiásticas e conseqüente influência crescente de Antonio Conselheiro sobre os fiéis, e algumas autoridades locais, condicionada por "uma acentuada divergência entre os representantes do Estado e da Igreja" a nível local, manifestada pelas "posições políticas adversas".(17)

A primeira correspondência encaminhada ao Arcebispado da Bahia, foi a do vigário de Aporá, João José Barbosa, a 30 de agosto de 1875, reclamando da falta de apoio da autoridade policial local. A 26 de maio de 1876, o vigário da freguesia de N. Sra. do Livramento do Barracão solicita ao Vigário Capitular do Arcebispado:

"que tome providências enérgicas e quanto antes de acordo com o dr. Chefe de Polícia, afim de ser retirado desta Freguesia um homem que se inculca penitente e (...) inquietando as consciências dos fiéis (...) onde a população se acha quase dividida em

(17). Cf. idem, ibidem,p.65.

(16). Cf. idem, ibidem,p.65.

matéria da doutrina, pregando ele superstições (...) e faltando aos respeitos devidos aos(...) párocos", (18)

A solicitação foi encaminhada pela autoridade religiosa ao Chefe de Polícia da Bahia. As medidas adotadas não foram outras: a prisão de Antonio Conselheiro, que ocorreria a 6 de junho do corrente ano, na vila de Itapicurú, conforme oficiava o delegado de polícia Francisco Pereira Assunção ao Chefe de Polícia da Bahia, Dr. João Bernado de Magalhães, encaminhando-o à Capital:

" Em presença da força (de quinze praça de linhas), desistiram os fanáticos do plano entre elles combina da desmoralização à autoridade, pois só essa providência os faria conter desse propósito; sendo certo que agora propalam - que o farão na volta do seu Santo Antônio,(...) o que contam por certo. A vista desse mau plano que, em face das circunstâncias, executarão, peço a V. S. para dar providências, afim de que não volte o dito fanatizador do povo ignorante."(19)

E o mesmo continua incriminando, fundamentado em boatos:

" não deixará (V.S.) de saber da notícia, que há meses apareceu, de ser elle criminoso de morte na provincia do Ceará."

(18).Cf.GABINETE ARQUIEPISCOPAL.Correspondência do Pe. João Alves da Silva Paranhos. Freguesia do Barracão.26/05/1876.

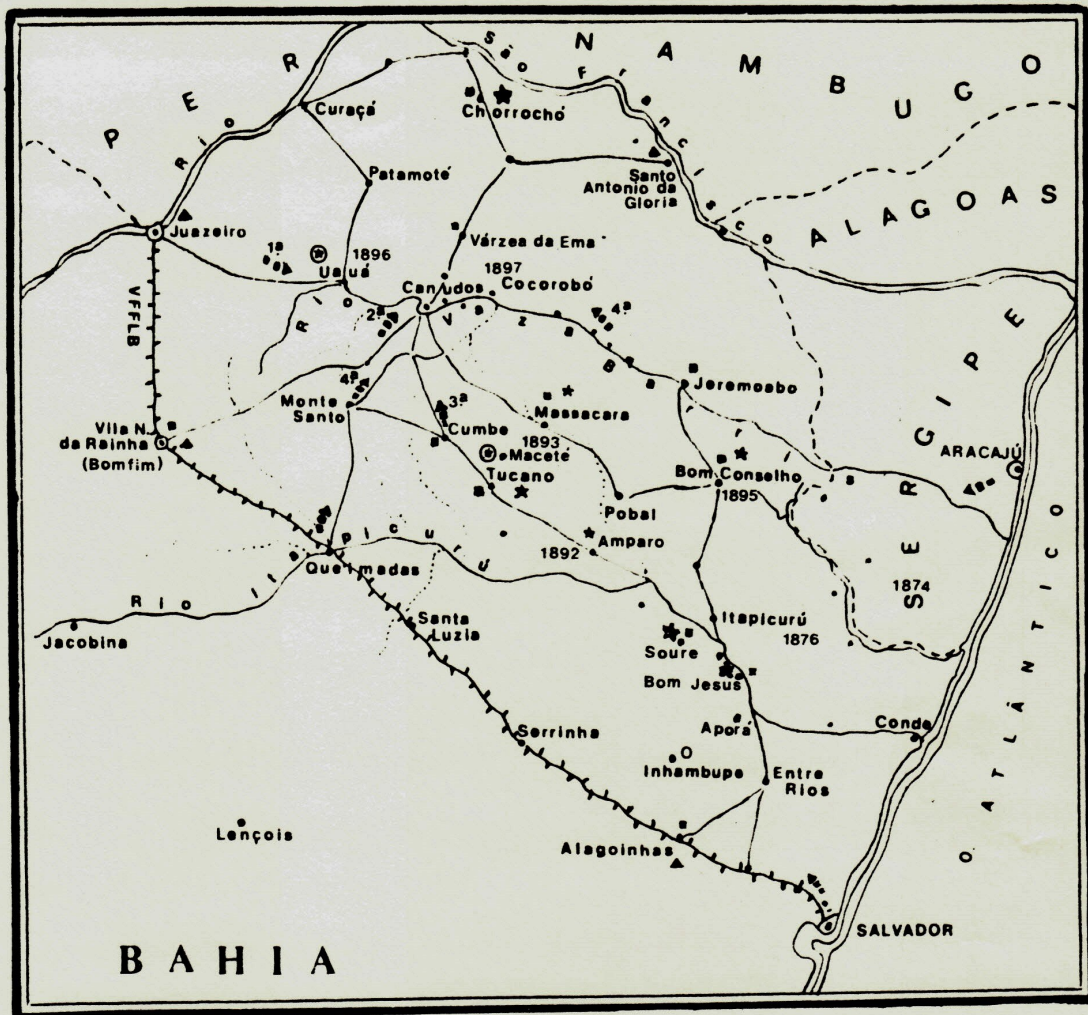
(19). Correspondência do Executivo.Francisco Pereira Assunção.Delegacia da Vila de Itapicurú, 28/06/1876.Arquivo Público do Estado da Bahia.

Do exposto no primeiro comentário supra, depreende-se que fora cautelosa a posição do Antônio Conselheiro, evitando resistência ou conflito direto por parte dos adeptos, se deixando prender pela força policial, uma vez que tinha por certo sua volta àquele povoado. Da mesma forma seus seguidores nutriam a sonhada esperança do retorno.

Os motivos determinantes de sua prisão são apresentados pelas autoridades policiais e eclesiásticas, como desrespeito ao poder destas autoridades e à tranquilidade das populações e por fim acusação leviana de homicídio.

Remetido à Capital, Antonio Conselheiro relutou em não responder ao interrogatório policial. (20) Entretanto, segundo Nina Rodrigues(1939.p.57), se prendeu unicamente a responder:"apenas se ocupava em apanhar pedras pelas estradas para edificar igrejas". A 06 de julho é encaminhado à Capital do Ceará e em menos de um mês já se encontrava livre. A acusação era improcedente. (21) E reaparece na Bahia no mesmo ano. Seu retorno contribui para consolidar o apoio e o respeito das populações por onde continua sua jornada pelos sertões de Curaça, Canudos,

(20). Correspondência do Executivo. João Bernardo de Magalhães. Secretaria da Polícia da Bahia, 05/07/1876. Arquivo Público do Estado da Bahia.



(Fig. n 5)

MAPA DOS CONFLITOS

LEGENDA:

- ★ Vilas revoltadas
- Vilas que oferecem insurretos
- ▲ Feiras regionais
- Derrota da força policial
- ⊙ Vitória dos guerrilheiros
- ▲ Expedições militares (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e reforço)

agreste de Alagoinhas até o litoral norte baiano:

" sua entrada nos povoados, seguido pela multidão contrita, em silêncio, alevantando imagens, cruzeiros e bandeiras do Divino. (...) Paralisavam-se as ocupações normais. Ermavam-se as oficinas e as culturas." (22)

De volta a vila do Itapicurú em 1876, encontra-se Antonio Conselheiro nas obras de construção do muro do cemitério. E se dirige em seguida para a fazenda Mocambo (atual Olindina), onde inicia a construção da igreja de São João Batista.(23) Por todo o final desta década e a seguinte, promove nos povoados de Chorrochó, Bom Jesus(atual Crisópolis), Serrinha, Entre Rios, Monte Santo, Ribeira do Amparo, Timbó(M. de Esplanada), Aporá, Vila Cristina(Sergipe), inúmeras reformas e construções de muros de cemitérios, açudes e igrejas, segundo informa o levantamento realizado por José Calazans Brandão da Silva.(BRANDÃO DA SILVA.1973:69-81). Percorre estas localidades interioranas, num zigue-zague permanente de idas e vindas às mesmas, sempre acompanhado de dezenas de seguidores.(24) Suas ações obreiras de práticas religiosas,

(21).Alfredo Alves Maciel, juiz preparador de Quixeramobim, 01/08/1876, in BRANDÃO DA SILVA, op. cit(nq11),p.68.

(22) .Cf. Euclides da Cunha. Os Sertões, ed. Duro.p. 205-206.

(23).Cf. José Calazans. Antonio Conselheiro, contrutor de igrejas. p.72-73.

continuam sem o consenso da maioria dos párocos locais. A medida que aumenta o número e apoio dos adeptos juntos as freguesias visitadas, aquelas são entendidas como desobediência ao poder eclesiástico e consequente enfraquecimento do controle deste sobre as populações ordeiras de fiéis, agora sob assistência espiritual e material promovida por Antonio Conselheiro. Este é motivo principal implícito nas correspondências ao Arcebispado pelos vigários, alertando a seus superiores, dos riscos maiores que poderiam ocorrer, caso não viessem a tomar urgentes providências no sentido de proibir as pregações de Antônio Conselheiro. Inúmeras foram as solicitações:

" Existe poucas leguas distante d'esta freguesia um tal Antonio a quem o povo apelida Conselheiro,(...) Este homem que se diz penitente, com quanto tenha alguma utilidade para levantar paredes de capelas e cemitérios, tudo desfaz com os tais conselhos, que falta de toda ciência, prega ao povo.(...) Como sei que elle pretende vir a esta freguesia,(...) bem pode avaliar que conquanto possa convencer o povo da nulidade dos seus conselhos, alguns me julgaram apaixonado, ou em razão, só então a palavra ou ordenações de V. Excia. será a espada que cortará de uma vez, o fio de tal grave perturbação ." (25)

(24).Cf. José Calasans, *ibidem*,p.70. Euclides da Cunha. Os Sertões, op.cit.(no 22), p.206.

(25).Cf. GABINETE ARQUIEPISCOPAL DA BAHIA. Correspondência do Pe. Leopoldo Antonio da Guia. Freguesia de Serrinha, 20/01/1882.

2.4 Advertência sem efeito

A Igreja reage, expedindo uma circular em 1882, proibindo os párocos e fiéis de ouvirem Antonio Conselheiro:

" Chegando ao nosso conhecimento que, pelas freguesias do centro deste arcebispado, anda um individuo denominado Antônio Conselheiro, pregando ao povo(...) doutrinas supersticiosas e uma moral excessivamente rígida, com (...) que está perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares, ordenamos à V. Revma., que não consinta em sua freguesia semelhante abuso, fazendo saber aos parochianos, que lhes proibimos, absolutamente de se unirem para ouvir tal pregação, visto como, competindo na igreja catholica, somente aos ministros da religião, a missão santa de doutrinar os povos, um secular, quem quer que elle seja, ainda quando muito instruido e virtuoso, não tem autoridade para exercê-la."(26)

O Arcebispado recomenda mais zelo no exercicio do ministério da pregação e caso ocorra reincidência dos abusos, novas providências seriam tomadas em entendimento com o Chefe de Policia. De fato as advertências não surtiram efeito:

" Anda nestes sertões um tal Antonio Conselheiro, (...) percorre e tem

(26).GABINETE ARQUIEPISCOPAL DA BAHIA. Dom Luis Antonio dos Santos, arcebispo da Bahia. Salvador, 16/02/1882.

percorrido diversas freguesias, onde como se fosse sacerdote, (...) prega o Evangelho, e isto sem dar satisfação aos vigários das referidas freguesias ou pelo aqui assim os fez.(...) Nada mais se tem dado se não o desrespeito de algumas em vista do que aqui fez o tal Conselheiro, (...) pra não dizer indignação por ver enemasprezada, desrespeitada a autoridade que eu represento, e é de V. Exa. Revma."(27)

Antonio Conselheiro continua realizando sua obra social e religiosa, ainda que com a permissão ou não das autoridades eclesiásticas. Contudo, devia satisfação ao menos contrariando afirmativa supra, aos párocos das freguesias de Itapicurú, Soure e Inhambupe.(28) Veja o que diz o padre desta última:

"(...) chegou a esta Freguesia o devoto Antônio vulgarmente conhecido por Antônio Conselheiro, e procurando-me pediu permissão para que nesta Paróquia eu consentisse, que ele rezasse todas as noites o seu terço e explicasse aos fiéis a lei de Deus.(...) Posso garantir que tenho procurado ouvi-lo para conhecer a doutrina por ele anunciada, nada encontrei de ofensivo à Religião."(29)

2.5 O Plano Secreto do Pe. Júlio Fiorentini

Três anos depois do afastamento do Pe. Ramos, em

(27). GABINETE ARQUIEPISCOPAL DA BAHIA; Pe. Olinto Cesar Paim. Freguesia de São João Batista de Jeremoabo. 08/05/1884.
(28) .Cf. José Calasans. op.cit.(no.9),p.63. GABINETE ARQUIEPISCOPAL. Pe. Vicente Ferreira dos Passos. Freguesia de N. Sra. da Conceição de Nova Soure(Soure).02/01/1882.

1883, Pe. Júlio Fiorentini (30) assume a paróquia de Inhambupe, como titular e informa, em correspondência reservada ao Arcebispado da Bahia, um plano estratégico para por fim a pregação de Antonio Conselheiro, constando de transferência do pároco de Aporá, repreensão ao cônego Agripino de Itapicurú, envio de missionários e de força policial. (31)

O arcebispado resolve escolher o uso da força policial, solicitando-a ao Presidente da Provincia João Capristrano Bandeira de Mello, que prontamente diz ter expedido ordem ao Chefe de Policia "no sentido de dar as providências, que julgasse necessárias " e propor "as que fossem precisas, e não estivesse ao seu alcance". (32)

Sabe-se que as reações contra a pregação de Antônio Conselheiro nas décadas de 80 e começo da década seguinte, não partiram somente do poder eclesiástico, mas também das autoridades civis. No mesmo ano de 1886, segue para a vila do Inhambupe, ainda na esperança de encontrar ali Antonio Conselheiro, uma pequena volante junto ao

(29). GABINETE ARQUIEPISCOPAL DA BAHIA. Pe. Antonio Porfirio Ramos. Freguesia do Inhambupe. 27/06/1883.

(30). Italiano, Doutor em Teologia. Admitido na Diocese da Bahia em 1881. Se diz reformador tridentino e legitimo defensor da Igreja Católica Apostolica Romana.

(31). Idem, Pe. Júlio Fiorentini. Freguesia do Inhambupe. 26/10/1886.

(32). PRESIDENCIA DA PROVINCIA DA BAHIA. Correspondência oficial. João Capristano Bandeira de Mello. 02/01/1886.

destacamento da referida vila e sob o comando do Capitão José Geraldo de Aragão se fez apresentar ao delegado de policia, por ordem do Chefe de Policia da Bahia. A expedição não obteve êxito, Antonio Conselheiro havia se retirado para o Arraial do Bom Jesus(atual Crisópolis).
(33)

O capitão põe-se a lastimar a precariedade do pequeno número de soldados para perseguir-lo, no entanto indica outro meio "talvez mais eficaz e mais pacífico e legal": uma missão religiosa para pregar nos lugares visitados por Antonio Conselheiro.(34)

Nesse mesmo sentido, o delegado da vila de Itapicurú em officio datado de 10 de novembro de 1886, reclama do insuficiente destacamento policial existente, solicitando mais forças repressoras.(35)

Depois de tomar conhecimento dos dois officios supra, o Presidente da Provincia da Bahia, encaminha-os ao Arcebispo D. Luiz Antonio dos Santos, reiterando a solicitação do Capitão como consta do primeiro officio.(36)

(33). SECRETARIA DE POLICIA DA BAHIA. Correspondência oficial. José Geraldo de Aragão, Capitão Comandante do destacamento do Quartel na Vila do Inhambupe.08/11/1886. Arquivo Público do Estado da Bahia.

(34).Idem, ibidem.

(35).Idem, Luiz Gonzaga de Macedo, delegado de policia da vila de Itapicurú.10/11/1886.

Nas correspondências oficiais percebe-se no ponto de vista de seus representantes, um propósito explícito de incriminar Antonio Conselheiro como figura principal, que concorre para a perturbação da ordem e segurança públicas, sendo também, responsabilizado pela promoção de um cisma na Religião. Tanto é que apontam "as prédicas" proferidas como ponto crucial, motor dos fatos em questão.

Indiferente à recomendação do Presidente da Provincia o arcebispado se mantém na expectativa do governo assumir as providências possíveis. Neste sentido, o Presidente da Provincia solicita vaga no "Hospício de Alienados" no Rio de Janeiro, para o "alienado" Antonio Conselheiro. O pedido não foi atendido.(37)

Enquanto isso, Antonio Conselheiro peregrina nos sertões, alheio a todas essas maquinações do poder contra sua pessoa, continua pregando ao povo baiano segundo testemunho da época, que registrou sua passagem no Cumbe:

" O povo continua a fluir em massa aos atos religiosos do Conselheiro, a cujo aceno cegamente obedece, e resistirá ainda mesmo a qualquer legal.(...) Nesta ocasião havia o Conselheiro

(36).PRESIDENCIA DA PROVINCIA DA BAHIA; Correspondência oficial. João Capristano Bandeira de Mello.01/12/1886. Arquivo Público do Estado da Bahia.

(37). PRESIDENCIA DA PROVINCIA DA BAHIA.Correspondência oficial. ibidem, ofício no. 1142, 15/06/1887; ofício no. 119,15/06/1887; Cf. MINISTERIO DO IMPERIO.Barão de Marmoré, ofício no. 2808, 06/07/1887.

concluído a edificação de uma elegante igreja no Mucambo." (38)

2.6 A queima dos editais

Sua passagem pelas localidades, como já se disse, é permanente zigue-zague, indo e vindo aos mesmos lugares. A certa altura passando pela vila do Amparo, em 1892, no meio dos feirantes, à frente da Câmara local, se insurge contra os impostos. Os editais de cobrança são queimados em praça pública. O protesto foi apoiado pelos presentes. As autoridades locais não puderam reagir. Acesa ainda a lembrança das experiências dos levantes dos Quebra-Quilos nos sertões pernambucanos. (39) A ocasião era oportuna para pregar publicamente o não pagamento dos impostos e reafirmar que a exemplo de Amparo, as outras localidades deveriam seguir:

"(...) deteve-se por nove dias no arraial da "Fortaleza", ocupando-se exclusivamente, como aqui (Bom Conselho) está fazendo, em propagar, a título de conselhos doutrinas subversoras da ordem constitucional, e seduzindo o povo a

(38). Cf. Durval Vieira de Aguiar. *Descrições Práticas da Bahia*. Tipografia do Diário da Bahia, 1888. p.83.

(39). MAIOR, Armando Souto. Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império. 2.ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1978. (Brasília: v.366). p.203-205. A referência foi estabelecida pelo autor face a provável passagem do Conselheiro pelo sertão pernambucano a época dos levantes de 1874, recebendo portanto influência dos sediciosos no seu ideário de rebeldia. Para este autor, o movimento de Canudos é a repetição tardia do drama dos quebra-quilos.

abandonar seus meios regulares de para acompanhá-lo."(40)

E bastante curiosa a percepção de Antonio Conselheiro em entender o excesso fiscal tributário sobre os feirantes como continuidade do regime escravista. A passagem seguinte ilustra sua posição de revolta:

" A feira em questão chegará uma pobre curuca a vender esteira que deitava no chão. O arrematante do imposto exigia cem reis (100rs) pela porção de terreno que a esteira e a pobre velha ocuparam. Esta, apreciava o valor da esteira em oitenta reis (80rs),reclamou, queixou-se em voz alta ao povo, chorando, lastimando-se. Juntou-se gente e todos davam razão à velhota, pois como se há de pagar um tostão de imposto, quando o genro que se vende vale quatro vinténs, diziam."(41)

A noite durante a prédica, o Conselheiro faz a observação do fato:

" Eis aí o que é a República, o cativo, trabalhar somente para o governo. E a escravidão anunciada pelos mapas, que começa. Não viram a tia Benta (nome da velha) é religiosa e branca, portanto a escravidão não respeita ninguém."(42)

A carga fiscal, segundo Souto Maior, se apresenta como efeito devastador, estopim para ascender revoltas

(40). Pedro Baptista do Espírito Santo, juiz preparador de Bom Conselho, 07/12/1895. In. Diário da Bahia: 18/12/1895.

(41). Manoel Benício. O Rei dos Jaquãos. Rio de Janeiro. Tip. do Jornal do Comércio, 1899. p.162.

populares, se recaem sobre as populações pobres do campo, principalmente em períodos de crise econômica, como foi o período que se segue as décadas de 1870-1880.(43)

As leis se apresentam ao pobre como algo que lhe rouba, embora a princípio saiba este que é impotente diante do aparelho fiscal e repressor vigilante. Entretanto, as falas e mensagens dos presidentes de províncias são unânimes em reclamar a fragilidade do aparato policial das pequenas vilas interioranas do Nordeste, em sua maioria insuficiente no que diz respeito ao reduzido contingente de soldados, pequeno número de armas e cadeias públicas em ruínas, incapaz desta forma, de garantir a tranquilidade e a ordem pública local, corroborada pelos insucessos das diligências à procura dos grandes grupos. Sabe-se também que na maioria das vezes, os destacamentos policiais serviam mais a interesses particulares de potentados locais do que a população em geral, seja se omitindo, seja apoiando os demandos provocados pelas milícias privadas.(44)

A repercussão dos fatos em Bom Conselho e outras localidades fora imediata na Capital da Bahia, ao ponto das autoridades policiais enviarem, em diligência, uma

(42). Idem, *Ibidem* . Op. cit. p. 162.

(43). Souto Maior. op. cit. p. 205-206.

(44). Cf. MONTEIRO, Hamilton de Matos. Crise Agrária e luta de Classes: O Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília, Horizonte, 1980. p.80-83.

força policial de trinta e cinco praças. Sob o comando do tenente Virgílio de Almeida, esta dirige-se em direção a Bom Conselho para prender Antônio Conselheiro, que já não se encontrava mais no local. Havia tomado a estrada de Monte Santo. O destacamento encontra-o, acompanhado de mais de duzentos homens armados em Masseté, próximo a Tucano. O conflito foi inevitável, e maior foi o insucesso da parte da força policial, "precipitando-se na fuga" diante do numeroso contingente das forças fiéis ao Conselheiro. Fato que iria se repetir nas três primeiras expedições militares subsequentes, em Uauá e nas proximidades de Canudos.

O movimento social de Canudos, em sua primeira fase, anterior ao ano de 1893, se confunde com o período de pregação e ação social de Antônio Conselheiro. É marcado por inúmeros conflitos locais de natureza diversa, desde os confrontos com os párocos locais pelas pregações religiosas até os conflitos com as autoridades policiais judiciais e municipais. A queima dos editais de cobrança da Câmara de Bom Conselho, em 1893, e os fatos consequentes desse episódio através do conflito armado em Masseté e as manifestações populares em outras localidades próximas (Amparo, Soure, etc), foram significativamente graves ao ponto de sair de uma questão política local para se transformar em disputa política regional.

A repercussão do caso de Canudos chega a Capital baiana em 1894, amplamente discutida na Assembléia

Estadual. Tal fato se dá na segunda fase do movimento, quando do início da formação da comunidade canudense, instalada em 1893. Os conflitos diretos de então vão se configurar em resposta ou reações aos ataques policiais e militares do Estado. Neste capítulo percebe-se que já a época da pregação religiosa de Antonio Conselheiro havia interesse, tanto da Igreja quanto das autoridades civis, de incriminá-lo, acusando-o de promover o desrespeito às autoridades religiosas e civis, concorrendo para a perturbação da ordem e segurança públicas. A perda do controle do poder eclesiástico sobre as populações ordeiras de fiéis representava grande risco para a hegemonia do poder da Igreja, ao tempo que significava aos párocos locais também a perda dos rendimentos arrecadados junto aos fiéis. Neste sentido, há indícios de que Antonio Conselheiro quando se estabeleceu em Canudos, recebeu proposta do vigário de Pombal, no sentido de colocar a paróquia do Cumbe (Atual Euclides da Cunha) sob a jurisdição da sua freguesia. (46)

Quando se deu a sublevação popular na vila de Bom Conselho, em dezembro de 1895, Antonio Conselheiro e seus adeptos já haviam sido instalados em Canudos há dois anos antes. E certamente esperavam a repressão policial, que de fato aconteceu com o combate a 21 de novembro de 1896, no povoado de Uauá, próximo a Canudos, da primeira expedição

que abria assim um batismo de fogo, numa campanha militar regular até a sua destruição total, em 06 de outubro de 1897.

Depreende-se da presente análise do itinerário atormentado vivido por Antonio Conselheiro, que sua jornada, a despeito dos fantasiosos boatos à sua personalidade, de crimes não cometidos, sem sombra de dúvida, foi conduzida extraordinariamente a serviço das populações sertanejas baianas. Através da obra religiosa e social soube organizar e dirigir uma comunidade inteira num movimento de resistência à situação de crise sócio-econômica e a tudo que parecesse ir de encontro a lei de Deus, as instituições civis e religiosas da República: a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, os mapas estatísticos (recenseamento de 1892, com prenúncio de um novo cativo), a criação de novos impostos. A ordem pela qual combatia Conselheiro era a ordem corrompida dos desmandos administrativos e do abuso do poder político. A essa ordem se volta as costas, e prega a desobediência civil. Só a Deus obedece.

A obra missionária de Antonio Conselheiro pode ser resumida nos seguintes pontos:

- a) Pregações a céu aberto do Evangelho;
- b) Orações e penitências (romarias e procissões);
- c) Conselhos de natureza moral, religiosa e política;

d) "Adjuntório" e promoção do emprego da mão-de-obra camponesa nas construções, reformas de cemitérios, capelas e açudes;

e) Promoção de sacramentos religiosos oficiais na condição de "padrinho", ou testemunha de batizados e casamentos;

f) Solicitação de ajuda material aos afortunados para distribuir aos mais necessitados.

Entendemos que essa assistência religiosa e material desenvolvida junto a seus adeptos, foi razão suficiente capaz de mobilizá-los, de unificá-los em torno de um conjunto de possibilidades novas, que iriam se esboçar através da liderança de Antonio Conselheiro, em Canudos.

O catolicismo rústico iria servir como arquétipo. Esse universo de representações, do qual Conselheiro daria coerência e sentido no interior das relações entre os canudenses, possibilitaria também, representações sobre suas relações exteriores. De que forma a prática social canudense criou uma comunidade de "eleitos" sem, contudo, deixar de manter relações com a sociedade local? Até quando essa dualidade foi possível? A radicalidade da mensagem política conselheirista não foi suficientemente conseqüente à ruptura? São algumas das questões a serem observadas no próximo capítulo.

CAPITULO III

O sertão é dentro da gente.

J.G. Rosa

1956

III - CANUDOS: A UTOPIA ENTRE DEUS E O DIABO

Procura-se, inicialmente, conhecer como os participantes do movimento organizavam-se em torno da produção religiosa e econômica, seu sistema de crenças e instituições internas, seu significado subjetivo para as práticas materiais, objetivas, de forma que oportunamente o confronto com o discurso conselheirista torna-se inevitável.

Em Canudos, a produção religiosa apresenta um universo de representações religiosas marcadamente realizado pelo clima intenso de rezas diárias, acompanhadas de ladainhas, de pregações evangélicas e interditos morais e éticos da conduta humana. Era comum a realização de procissões e festejos comemorativos aos santos. Os poucos dados se reportam às celebrações em homenagem ao "Divino Espírito Santo" e ao padroeiro do Arraial - Santo Antonio.

A existência real dos seus membros está orientada rumo ao Reino de Deus na terra. Urge então, a todos a necessidade de pela conversão religiosa, tornarem-se santos, para receberem essa promessa divina pregada por Antonio Conselheiro, numa espera coletiva, numa comunidade terrena de fraternidade, igualdade e obediência as leis de Deus. O caminho dessa espera é a da conversão dos impuros

(criminosos, ricos ,etc), da conciliação de todos os homens na prática dos mandamentos da "Lei de Deus".

Essa santificação pela piedade, pelo sofrimento físico, não quer dizer separação com o mundo material imediato, mas a busca pela melhoria das condições de vida e trabalho pela população pobre percebida, pelo universo simbólico das representações religiosas, imbutida nas práticas sociais cotidianas referentes a sobrevivência material dos grupos em comunidade. Condições sociais que precisam ser perseguidas para sua concretude, enquanto não se realiza ainda o tempo do Reino de Deus, que se aproxima. A problemática central colocada pela espera escatológica é o significado da esperança em dias melhores, de libertação da realidade presente, opressiva e injusta.

O que move as pessoas a desporjar-se de seus bens com grande alegria e ir entregar ao Conselheiro, se não a convicção de que estas podem estabelecer, através do Conselheiro, um contato mais próximo e permanente com Deus, de algo absoluto, que põe fim todas as injustiças e renova as esperanças diárias, uma vez que os bens materiais (quase inexistentes em relação aos dos ricos poderosos) lhes parecem de valor relativo e temporários? Buscam portanto um Deus salvífico, um Deus misericordioso, que perdoa, mas que também castiga(justiceiro), que expurga do mundo terreno tudo que pode ser contaminado pelo pecado, isto é, pela desobediência a lei de Deus, origem das

injustiças humanas.

Essa esperança escatológica era revivida pelas práticas religiosas exercitadas diariamente pelos integrantes da "companhia", com o propósito de através das rezas e penitências, iniciarem um processo de purificação e o contato com Deus, de maneira que todos os participantes deviam guardar o "status" de uma comunidade de "eleitos". Todos se igualavam socialmente pelo sentimento de irmandade. Esse espírito religioso iria consolidar sua expansão, sobretudo sua função ideológica de elaborar um consenso para os grupos partícipes, a partir de sua re-instalação em Canudos, na medida em que procura reorganizar o espaço comunitário, redefinindo ou criando práticas sociais mais amplas, que se estendam a todos os membros de Canudos.

3.1 A Igreja em céu aberto.

No final do dia, após o trabalho, o sino chamava os fiéis para a oração. O povo ia aos poucos se ajuntando próximo a "latada", barracão improvisado ao lado da igreja nova. Iniciava-se então em cântico as primeiras rezas. Aos quatro cantos da praça, as fogueiras eram acesas, coincidentemente com as entradas de acesso a Canudos.

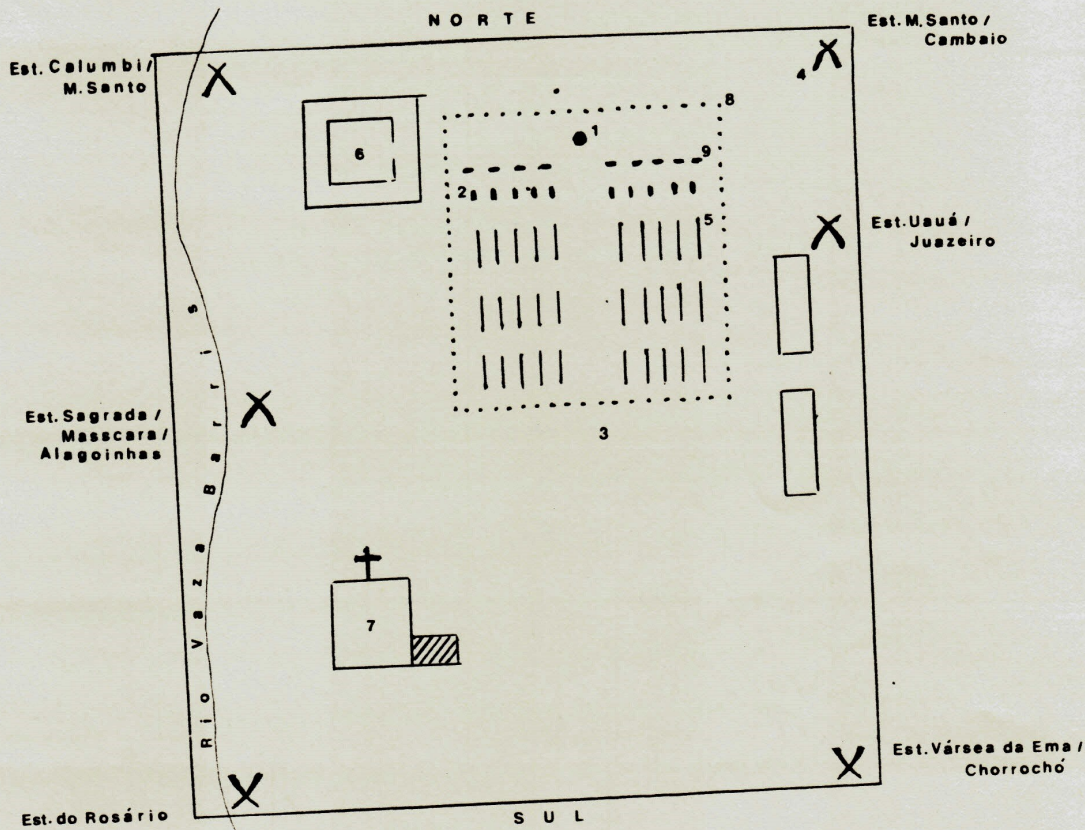
A praça era dividida ao meio por dois grandes grupos de fiéis. De um lado as mulheres, do outro, os homens. As beatas se misturavam às moças donzelas solteiras e às mães de famílias. Todas de diferentes idades, etnias e

portando vestuários simples e adereços comuns: mantilha ou lenço de cor na cabeça, trazendo nas mãos rosários, os mais diversos. Entre os homens, destacava-se um grupo, novo e forte, uniformizado em brim americano. Menos numeroso outro grupo se sobressaía, formado também por homens fortes e mais ainda, eram os comandantes da guarda de Antonio Conselheiro, que se portavam à frente do ajuntamento.

Sempre presentes: João Abade, chefe do povo, Antonio Beato, o sacristão, José Felix. As beatas de vestidos azuis tinham a responsabilidade pela roupa, refeição do Conselheiro e acenderem diariamente as fogueiras. (ver fig. 6)

Depois das longas rezas e terços benditos, a cerimônia ganhava seu ponto alto com o "beijo" das imagens - crucifixo, da Virgem Santa Maria, do Bom Jesus, do Santo Antonio, o padroeiro, e todos os santos presentes em reverências de comoções e êxtase:

" Antonio Beatinho, (...) tomava de um crucifixo, contemplava-o (...) em êxtase; aconchegava-o do peito, prostando-se profundamente; imprimia-lhe ósculo prolongado; e entregava-o, (...) ao fiel mais próximo (estava aberto o rito que todos deviam seguir), que lhe copiava (...) a mimica reverente. Depois Beatinho erguia uma virgem santa, reeditando os mesmos atos; depois o Bom Jesus ...(...) entregues à multidão sequiosa, passando, um a um, por todas as mãos, por todas as bocas e por todos os peitos. (...) Ouviam-se os beijos chirriantes, inúmeros e, (...) o vozear para que se não pertubasse a solenidade. Por fim as últimas saíam, entregues pelo Beato,



(Fig nº 6)

PÁTIO DAS ORAÇÕES

LEGENDA:

- 1 Antônio Conselheiro
- 2 Beatas e Beatos
- 3 Centro Comercial
- 4 Guardiães das entradas do povoado
- 5 Fiéis
- 6 Igreja em construção
- 7 Igreja de Santo Antônio e o Santuário
- 8 Pátio das Orações
- 9 Posição dos Comandantes-em-chefe

quando as primeiras alcançavam as derradeiras filas dos crentes.(...) Desbordavam as emoções isoladas, confundindo-se repentinamente, avolumando-se, presas no contágio irreprimível da mesma febre;(...) Mas de repente o tumulto cessava. Todos com olhares presos no extremo da latada junto á porta do Santuário(...) a figura de Antonio Conselheiro. Este beirava-se de uma mesa pequena. E pregava..."(1)

A prática religiosa do "beija" das imagens era realização rotineira do processo e ponto alto dos canudenses estabelecerem a desejada aproximação com Deus. Operava-se através do culto aos santos, a mediação entre os fiéis (pecadores) e seu ente mais sagrado: Deus . Pois, sabiam que para tal relação de "santidade", deviam-se transmutar através do ritual, tornando-se como que santos. Esses rituais proclamavam a todos uma "preparação" para viverem o momento da morada divina.

Essa produção deve ser também compreendida como um sistema de idéias, práticas cerimoniais e de crenças permanentes no catolicismo popular brasileiro, pela devoção aos santos, a preencher funções diversas enquanto "compreensão simbólica, de controle do ordenamento ideológico das relações sociais entre a sociedade camponesa

(1). CUNHA, Euclides da. "Os Sertões". (A Campanha de Canudos. p.230.

(2). WOLF, Eric.R. Sociedades Camponesas. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Zahar, Rio de Janeiro. 1970. p.130.

e a sociedade envolvente". (2)

O culto popular do "beijo" as imagens dos santos, aparece nesse ritual como sendo o climax da devoção dos fiéis canudenses, que junto a outros atos religiosos, funcionavam como "mecanismo nivelador das desigualdades sociais" entre os membros da comunidade canudense e afirmação de interdependência mútua destes, tanto no plano ideológico quanto no plano econômico-social. (3)

A religião camponesa pode operar também a despeito da conservação de normas morais, que se apresentam fragmentárias e âmbguas, gerando expectativas de um possível reordenamento radical da sociedade, ao ponto de levar à mobilização de seu campesinato".(4)

O confronto das "Prédicas" conselheiristas e as atividades religiosas e sociais, no cotidiano da comunidade canudense, informa um discurso performativo, que influi no comportamento humano, antecipando pela "radicalização", a reforma do catolicismo popular, impregnado pelo providencialismo passivo, da Igreja Oficial.(5) A pregação teológica do Conselheiro é persuasiva e mobilizadora, capaz de conduzir e converter toda uma comunidade dos sofrimentos

(3). Idem, ibidem, p. 132.

(4). Idem, ibidem, p.142. A religiosidade camponesa é concebida pela passagem de sua função legitimadora à contestadora da ordem social. Cf. OLIVEIRA, Pedro A.R. , p.267. Religião e Dominação de Classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985. p.267.

e misérias sociais:

" Praza aos céus que abundantes frutos produzam os conselhos que tendes ouvido (...) que a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo, (...) defenderá das misérias deste mundo; um dia alcançareis o prêmio Cristo, (...) defenderá das misérias deste mundo; um dia alcançareis o prêmio que o Senhor tem preparado (...) que é a glória eterna.

Como não ficarei plenamente satisfeito sabendo da vossa conversão, por mim tão ardentemente desejada. Outra coisa, porém, não é de esperar de vós à vista do fervor e animação com que tendes concorrido para ouvirdes a palavra de Deus, o que é uma prova que atesta o vosso zelo religioso. (...) , à vista do modo benévolo, generoso e caridoso com que me tendes tratado, penhorando-me assim bastante: (...) bem demonstra as gratas recordações (...) que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e o bem da Igreja".(6)

A concepção de mundo do Conselheiro, para Fiorim, é teocêntrica e repousa na concepção da Trindade: "a Igreja é o caminho da salvação do homem, operada pela redenção de Deus feito homem Cristo", (ver fig. no. 2) e que aquele é portador de uma ética em conformidade com sua cosmovisão não menos distante da ortodoxia católica. (7) Para

(5). OTTEN, Alexandre. "SO DEUS E GRANDE". Interpretação histórico-teológica da figura e do movimento de Antônio Conselheiro. Revista Perspectiva Teológica. no. 53, Jan/Abr. Ano XXI, Belo Horizonte, 1989. p.9-50.(p.47).

(6).MACIEL, Antônio Vicente Mendes. Prédicas e discursos. p.181-2.

(7).FIORIM, José Luis. O Discurso de Antônio Conselheiro. Revista Religião e Sociedade.(5): 95-129, 1980.p.109-113.

(8). Idem, ibidem, p.118-120.

corroboração deste aspecto, o autor se lança no confronto dos textos das "Prédicas" referentes aos "mandamentos da Lei de Deus" com o texto da "Missão Abreviada". (8)

As adaptações que faz o Conselheiro das instruções desse sermão editado em Portugal,(9) e comum no meio das populações rurais brasileiras, são direcionadas mais extensivamente a um público específico - o dos adeptos da "Companhia do Bom Jesus", responsáveis diretamente pela elaboração simbólica e material de revificação das práticas religiosas, do que a comunidade canudense em geral.

Dentre as normas de conduta pregadas pelo Conselheiro nas Prédicas, destacam-se "o acatamento da autoridade legitimamente constituída por Deus, respeito ao direito de propriedade e a manutenção da família tal como está constituída", enquanto meio de controle ideológico, base sobre a qual a ordem social interna se mantém inalterada.

O chamamento à obediência a Deus, que Antonio Conselheiro exorta aos fiéis, não deve junto a revitalização de antigos usos e costumes, ser entendido como deseja Fiorim (10), como "retorno da ordem rompida", em uma constante reinteração da imutabilidade da ordem social. Essa revitalização deve sim, ser compreendida como

(9). COUTO, Pe. Manoel José Gonçalves. Missão Abreviada para despertar os descuidados ... Porto, 1878, 11a. ed., In: Fiorim op. cit. (ng 7) p. 119-120.

(10). FIORIM, p. 128.

condição necessária à reprodução das formas de sobrevivência de seu legado cultural, na afirmação de sua identidade social, enquanto membros da comunidade camponesa canudense.

Discute-se que embora, aparentemente, tivesse Conselheiro um discurso "religioso conservador" e uma prática religiosa reformadora. Detecta-se que em vários momentos da vida social na comunidade canudense, em geral para além do campo particular dos especilistas da "Companhia", a existência de práticas não distintas dos preceitos apregoados por Conselheiro.

Observa-se que grupos sociais ou frações destes, tinham atitudes e atribuições especializadas que demandavam constantes atitudes, de interferência nos destinos "divinos", e principalmente referente a realidade econômica, como por exemplo o de executar as regras do cumprimento das contribuições permanentes que os ricos comerciantes e fazendeiros vizinhos da região de Canudos, deveriam dar para a manutenção do "fundo comum" da Comunidade da Companhia do Bom Jesus.

Neste sentido ressalta-se o fato do Conselheiro possuir um discurso que aparentemente propugnasse em favor da restauração de padrões e costumes "tradicionais", não significava dizer que a ordem social canudense não sofresse

(11). MACIEL, Antonio V. Mendes. op. cit. (nº 6) p. 68-69.

alteração.

As práticas econômicas dão pistas dessa possibilidade de reordenamento das relações sociais internas, segundo as necessidades materiais de sobrevivência dos grupos sociais, partícipes da comunidade em geral.

Não bastava "esperar" resignadamente pela intervenção divina, sem deixar também de interceder na procura de solução ou saídas para os problemas da realidade imediata.(11)

Essa intervenção humana, implica no campo da luta político-religiosa, avanços e recuos da prática dos grupos sociais, sendo inegável que as ambiguidades das posições políticas, manifestados através de formas fragmentárias, fossem, como foram, usadas de maneira diferente por diferentes grupos sociais.

Canudos enquanto centro religioso e comercial, está fundamentalmente ligado à idéia de defesa de uma identidade cultural e social das categorias sociais integrantes, que importa um projeto comunitário utópico, que pressupõe uma construção social organizada e autônoma que, não finda no presente mundo.

Belo Monte ou Canudos vai ser o local, por excelência, da "preparação", pela conversão dos fiéis na obediência aos mandamentos de Deus, para uma nova pátria iminente por acontecer. E dessa pré-instalação da "nova morada" que trataremos na seção seguinte.

3.2 A " Companhia do Bom Jesus "

Antes mesmo da fundação do arraial de Belo Monte ou Canudos, como centro de devoção comunitária, a organização dos devotos em "irmandades" religiosas em torno do santo padroeiro (Santo Antonio), foi prática comum entre as populações rurais. No nordeste brasileiro, entre inúmeras irmandades, ficou amplamente conhecida a congregação leiga das beatas e irmãos das Casas de Caridade, criadas pelo Pe. Ibiapina nos sertões da Paraíba, Piauí, Pernambuco e Ceará.

A "Companhia" foi formada, inicialmente por um grupo menor de mulheres beatas, e outro maior, de homens, fiéis seguidores de Antonio Conselheiro, quando do início de sua peregrinação no termo de Itapicurú, onde mais demorou. O primeiro grupo tinha por função especializada, de organizar as cerimônias e as instituições religiosas, sob a direção de Antonio Beato. Quanto ao segundo, era responsável pela segurança pessoal do Conselheiro e da Companhia como um todo. O comando de dezenas desses guerrilheiros habilidosos estava sob a chefia de João Abade.

Essa comitiva assumiu o caráter de irmandade religiosa sob a invocação de "Bom Jesus", padroeiro da capela do Arraial do mesmo nome (atual Crisópolis),

(11). CALASANS, José. Antônio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios. p. 75-76.

construída por Conselheiro. (11) Na parte superior da porta principal desta igreja, encontra-se gravada a inscrição: "só Deus é grande". (ver fig. nº 7) Lema que pautou sua vida missionária, inteiramente devotada a pregação do Evangelho e entre outras obras a construção de igrejas.

Antes e depois da instalação definitiva em Canudos, em 1893, a "Companhia do Bom Jesus", foi confundida intencionalmente pelas autoridades civis e religiosas, como sendo um bando de salteadores fanáticos de fazendas da região sertaneja.(12)

Além do caráter religioso, a "Companhia" era responsável pela organização social e econômica de Canudos, dando corpo ainda que precário (por conta da repressão), de criação de um espaço de "autonomia" camponesa frente a dominação pessoal do latifúndio.

Antonio Conselheiro quando iniciou sua jornada na Bahia, como "beato" ou "peregrino" como era chamado, não escapou a influência desse movimento organizatório das populações interioranas aos diversos níveis da vida social destas localidades, e que motivado pelas condições infimas de sobrevivência dos segmentos mais pobres, determinadas pelas secas periódicas e abuso do poder dos potentados

(12). Cf.CUNHA, Euclides da. "Os Sertões"(A Campanha em Canudos). Rio.p. 177.Cf.Dantas, Salomão de Souza. Aspectos e Contrastes. Ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia. Rio. Typ. Rev. dos Tribunais,1922. p. 142-157. CF.



(Fig.nº 7) 'Só Deus é Grande': lema de A.C.

Inscrição no frontispício da igreja do arraial do Bom Jesus (atual Crisópolis), consagrada em 1892.

Antonio Vicente Mendes Brasil

(Fig.nº 8)

Autógrafo de Antonio Conselheiro em 1893.
(Instituto Geográfico e Histórico da Bahia).

locais, busca empreender inicialmente atitudes ou práticas religiosas (intolerantes para a Igreja) e trabalho de reconstrução e construção de obras sociais: açudes, capelas e cemitérios, de maneira que contribuiu no aumento crescente de adeptos em sua volta.

A "Companhia do Bom Jesus" era composta pelos devotos do "Bom Jesus", do "Divino Espírito Santo", de "Maria Santíssima" e tantos outros santos, sob a direção espiritual de Conselheiro e sob a guarda de um regimento de mais de 600 homens armados. Devoção esta com um destino certo: o da "promessa de Deus" de uma "outra vida", vida de justiça, igualdade e fraternidade. E esse destino, um caminho, experimentar a "proximidade com Deus", através dos ritos de contatos sagrados das orações, procissões e penitências, de devoção aos santos. Mediação esta, estabelecida pela relação de fé do fiel e do poder divino para alcançar o estado de graça, de uma realidade nova e definitiva "diante do qual todas as coisas são relativas". (Libânio: 1985.77). Esse " espaço sagrado ", presente nas experiências cotidianas do povo, funda-se portanto numa percepção de tempo divino: " eterno " em contraposição do tempo dos homens, ou " histórico ", " provisório". O contato com o divino acaba por prolongar o tempo "provisório". Os atos religiosos são longos e permanentes. A preocupação manifesta na comunidade canudense pela construção de outra igreja, além da igreja velha de Santo

Antônio edificada em 1893, para atender o crescente número de fiéis que habitavam ou buscavam Canudos como centro de devoção, e o tempo prolongado dessa experiência no seu cotidiano, são indícios da dimensão escatológica vivenciada pelos canudenses, pela mediação dos santos vinculando os fiéis "ora diretamente com a salvação eterna, ora com as necessidades básicas dessa vida". (Libânio 1985:78) E por esta dimensão que se entende o despojamento dos fiéis em relação aos bens terrenos e passageiros. Essa era uma das condições, entre outras, exigida pelo Conselheiro aos seus adeptos para integrarem a "Companhia do Bom Jesus" enquanto espaço sagrado. Esse território sagrado coloca os homens para além do culto, da devoção aos santos, coloca-os irmanados pela fé, como diante uns dos outros em igualdade fraterna. Onde as desigualdades sociais existentes entre os diversos grupos sociais participantes do movimento desaparecem pela harmonia simbólica professada nos atos religiosos. Harmonia esta que fala de uma realidade que ainda não existe, concebida como superior, e que aplaque as adversidades imediatas e como tal deve ser vivenciada pelos fiéis. Harmonia que, antes de encobrir a realidade, antes de negar, reafirma, segundo os contatos permanentes dos fiéis com seu mundo não-sagrado, das injustiças e desgraças sociais vivenciadas a níveis pessoal e coletivo. Essa harmonia ou conciliação dos homens, informa a transformação das lutas pessoais entre famílias, em

lutas coletivas, que pressupõe não só a disponibilidade da força e coragem dos fiéis mais ágeis em tática de guerra, mas sobretudo a solidariedade e sua organização em comunidade, direcionada para um objetivo comum: a salvação coletiva. A organização se define segundo os enfrentamentos dos grupos sociais diante as dificuldades reais: alimento, moradia, impostos e terra para trabalho.

A proximidade de Deus experimentada pelos canudenses é fundamentada nas pregações de Antônio Conselheiro, segundo o Evangelho de Jesus, e "prédicas" sobre os Mistérios de Maria. O livro manuscrito de Antônio Conselheiro, contendo suas prédicas e discursos aos canudenses subscrito em 1897, (13) merece confronto com a prática religiosa e social camponesa. A análise deverá perquirir de como a expectativa escatológica permeia a prática social.

Todas estas práticas religiosas acima referidas não se diferenciam muito das cerimônias religiosas comuns no meio rural brasileiro. (Queiros, 1977:236). A "devoção dos santos, através das orações, ladainhas, procissões e do "beija das imagens", representam portanto conjunto de rituais revificados pelos canudenses sem aparentemente apresentar nenhuma inovação, mas que se realizam segundo o cumprimento fiel das regras definidas e vigiadas pelos

(13). MACIEL, Antonio V. Mendes. op. cit. (no 6) p.48-182.

chefes supervisores das práticas religiosas e sociais confiadas na pessoa de Beatinho, João Abade, Antonio Vilanova e outros.

Estas regras, que disciplinariam a vida civil e religiosa interna, tem seu substrato não exclusivamente no sistema de crenças religiosas vigente no catolicismo popular, mas ao mesmo tempo, são oriundas das vicissitudes dos problemas sócio-econômicos emergentes.

Frei João Evangelista do Monte Marciano, que se fez testemunho da vida social de Canudos, por ocasião de sua visita em 1895, observa que:

" (...) as cerimônias do culto a que preside (Antonio Conselheiro), e que se repetem mais a miúdo entre os seus (membros da "Companhia"), são mescladas de signaes de superstição e idolatria, como é - por exemplo - o chamado beijo das imagens, a que procedem com profundas prostações, e culto igual a todas, sem distinção entre as do Divino Crucificado e da Santissima Virgem e quaisquer outras". (14)

Esse relatório deve ser analisado considerando o contexto histórico quando de sua confecção: das circunstâncias políticas ideológicas de sua encomenda feita pelo Governo do Estado em "aliança" com o Arcebispado da Bahia; e do caráter da rápida passagem da "missão religiosa". Razões suficientes para delimitar o campo e o sentido "estreitos" da percepção que informa tal relatório

da organização interna das instituições sociais complexas existentes.

Neste sentido o documento oficial não pode informar, como quer Calasans (1986:16) ser "uma notícia geral da comunidade messianica, aspecto de sua vida cotidiana, pormenores dos seus costumes". Depreende-se da leitura do relato, tratar-se da comunidade da "Companhia do Bom Jesus", entendida pelo missionário oficial, como "seita político-religiosa", reguladora de princípios e relações sociais extensivas a toda a comunidade canudense. A referência feita a respeito dos "indiferentes" enquanto sub-grupo, dá pista da existência destes, que embora mantidos sob a vigilância de um dos chefes (Honório Vilanova e do próprio Antonio Conselheiro) integrantes do conselho da Companhia, gozavam relativa autonomia e representavam parcela menor do contingente populacional de Canudos em relação a outros sub-grupos menores que integravam ou cuidavam, por exemplo do setor agro-pecuário de pequenas culturas de várseas ou mandioca e criatório de cabras. Os dados levam a crer que através do grupo dos comerciantes: feirantes de gêneros alimentícios que abasteciam as vilas e povoados vizinhos e os negociantes de

(14). MONTE MARCINO, J. E. Relatório apresentado ao Arcebispado da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no Arraial dos Canudos. Typografia do Correio de Notícias. Bahia, 1895 . p.7.

peles de cabra; a comunidade, como já se disse, era mantida materialmente e se relacionava com a sociedade inclusiva.

Outra prática considerada pelo missionário refere-se as regras de inserção dos adeptos no seio da "Companhia", mediante a entrega de parte do produto da venda dos bens, bem como doações de imagens religiosas ao santuário, de maneira que seu cumprimento garantia o direito a alimentação e vestuário a estes proprietários. As mulheres e os homens, membros da Companhia, respondiam às funções especializadas de cuidar da alimentação e vestuário, preparativos das cerimônias religiosas e defesa de seus membros e da comunidade em geral, respectivamente. (15)

As considerações feitas nesse documento, do início ao término, a respeito das práticas sociais internas na comunidade canudense, privilegiavam aquelas pertinentes aos membros da "Companhia do Bom Jesus" em detrimento de outras práticas existentes que viessem informar o modo de vida da comunidade como um todo, isto é, desenvolvidas por outros grupos sociais de que fala o mesmo documento. Por exemplo, o grupo dos "indiferentes": aqueles que não desejassem pertencer aos quadros da "Santa Companhia", embora gozassem da liberdade de se ocuparem em interesses particulares (atividades comerciais) deviam portanto contribuir para a referida irmandade conselheirista.

(15). *Idem.*, *Ibidem.*, p.6

A propósito do descumprimento dessa "regra", esses acusam "o povo de companhia", como era chamado o grupo armado, das consequências atingidas a pessoas que resistiram a doação. Fossem estas comerciantes ou fazendeiros, não escapavam a regra, que por sinal recebiam tratamento religioso, segundo Antonio Conselheiro, de que "os ricos deviam ser benevolentes e caridosos para com os que nada possuem".(16)

Essas acusações não foram provadas. E como se explicaria a manutenção de sua enorme população, que não fosse a renda obtida pela indústria do couro e o comércio de gêneros alimentícios, já referida anteriormente.(17)

O significado da "Companhia do Bom Jesus" para os demais grupos que buscavam se estabelecer em Canudos, em atividades comerciais, residiu no fato destes negociarem livremente sem o peso da tributação fiscal, sobre suas mercadorias.

Os impostos, estaduais e municipais, inexistiam. O grande contingente populacional residente em Canudos, demandava um mercado rendoso de produtos alimentícios de primeira necessidade, que interessava aos comerciantes ganaciosos, porém estavam estes disciplinados pelos

(16). MACIEL, Antônio V. Mendes. op. cit. (no 6) p.365-6
(17). NOGUEIRA, J. C. Ataliba. Antônio Conselheiro e Canudos. 2 ed. Nacional. 1978. p. 202-3.

preceitos religiosos da "Companhia". Esta em troca da influência sobre as populações sertanejas vizinhas e das mais distantes localidades baianas, que buscavam aquele centro de devoção religiosa, recebia daquele, apoio material suficiente para manter o sistema funcionando integrado em seus níveis materiais e ideológicos, estruturalmente complementares.

3.3 Belo Monte, a Nova Pátria

O ambiente social de Canudos (18), vai por pouco tempo ser palco de uma experiência social de reforma humana, como fase preparatória para uma nova vida, uma nova pátria - a pátria celeste - enquanto promessa divina, assumida por Conselheiro, como missão: "suspirar pela pátria celeste" (MACIEL: 1897.56). A vocação da Virgem Maria, implica o desprezo pelo mundo, e a busca pela morada verdadeira.

Belo Monte não deve se constituir numa "terra da Promissão", mas um local de "espera" da nova pátria. Um

(18). Canudos foi chamada por Conselheiro de "Belo Monte", quando de sua passagem em 1888, vindo em missão de Chorrochó-BA, apreciou a beleza do vale do Rio Vaza-Barris circundado pelas serras do Cambaio, Canabrava, Calumbi, Caipã, Poço de Cima e Cocorobó. Sua escolha significou marco simbólico de transição da diáspora para uma nova fase do movimento: a instalação da conversão à Nova Pátria.

espaço intermediário entre a Diáspora e a Parúsia, espera, que no exemplo mariano, a confiança temerária da bondade de Deus, deveria animar todo aquele que desejasse tal morada.

Para tanto deveriam os canudenses serem fiéis aos mandamentos divinos, cumprindo a sua parte, através das orações, penitenciais e obras pias. Neste sentido Antonio Conselheiro, pela "pregação dos prodígios de Deus como tema central", e pelo exemplo de vida disciplinada e austera, passa aos seus seguidores como "profeta do Altíssimo", um enviado de Deus:

"Bem aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem por obra"(MACIEL: 1897. 441).

A espiritualidade e a atuação de Antônio Conselheiro em meio aos camponeses canudenses, revelam que a "eternidade" do Reino de Deus (A Nova Pátria), a ser alcançada por todos, era expressão da Vontade Divina pela fé na "sua" igreja popular. A Igreja Católica oficial estava ameaçada porque se distanciava dessa "vontade" de salvação: indivíduo-comunidade. A Igreja tinha virado as costas ao povo."A fé da Igreja de Deus se confunde com a fé do próprio povo".(MACIEL: 1897. 601-2 e 628)

Desse modo, sua pregação escapa "a uma visão apocalíptica pura", porque o esquema apocalíptico se quebra a partir da sua experiência de aproximidade atuante de

Deus.(OTTEN: 1989.39-40)

Foi essa proximidade atuante que vocacionou Conselheiro durante sua jornada missionária na Bahia, convocando a seus adéptos mais próximos e simpatizantes a lutar pela palavra e obra de Deus:

**"A palavra de Deus tem tanta eficácia de alumiar e esquentar as almas, que muitos ouvindo-a reformaram suas vidas e, abrasadas do amor divino, havendo sido grandes pecadores, ficaram justos e acabaram santamente"(MACIEL: 460-461).
"E necessário que se sustente a fé da sua Igreja. E necessário enfim que se faça a sua divina vontade (união dos homens pela fé em Deus), combatendo o demônio (o pecado da desobediência aos mandamentos divino) que quer acabar com a fé da Igreja"(MACIEL: 601-2).**

Conselheiro exorta aos canudenses "que não haveria mais tempo" a perder. Urge exercitar sem demora a promessa da salvação divina. Belo Monte portanto vai se transformar em "lugar" sagrado e transitório, de expiação e conversão extremada dos penitentes.

A comunidade camponesa aqui se homogeniza, perde suas diferenças internas. Todos são iguais perante Deus. Porque "só Deus é rico e Todo-Poderoso, só Deus é grande (...) Senhor do céu e da terra, do mar e de todos o mais bens e haveres deste mundo"(MACIEL: 1897,447)

A proximidade de Deus, para a construção da Nova Pátria, pautou a vida religiosa e social dos canudenses numa verdadeira batalha contra a corrupção dos costumes,

dos vícios e todas as adversidades terrenas, que viessem "afastar" ou tentar os convertidos da vontade divina.

A rebeldia religiosa não é uma rebeldia conservadora pura, de indivíduos ou grupos privilegiados. É antes uma rebelião comunitária, que para ocupar seu "lugar social", necessita vinculá-lo ao "lugar sagrado", do futuro imanente. Porque esse "lugar social" presente deixou de ser "sagrado", precisando reformá-lo. Portanto a rebelião de fato se dá primeiramente no e pelo terreno social, reconhecendo a luta de classes.

Antonio Conselheiro e os canudenses procuraram operar as condições objetivas e subjetivas capazes de "ligar" os eventos temporais com a promessa divina de "salvação" eterna. Belo Monte é , a um só tempo, espiritual e temporal, individual e comunitário .(OTTEN: 1989, 32)"Canudos será o campo de batalha com o Anticristo". OS republicanos não botarão os seus pés no Belo Monte que é campo de Jesus. (19)

1989, 32)

A resistência extraordinária dos guerrilheiros canudenses até o último homem, prova a "radicalidade" da defesa do sítio sagrado "Bom Jesus".

A Lei de Deus porá fim a todos as injustiças sociais. Os Canudenses iriam viver intensamente nos cerimoniais á obediência desta lei. A vida dos convertidos é um presente a Deus. A morte em Deus é uma glória. A Deus o que é de

Deus. A Deus só obedecemos. (MACIEL: 1897. 566).

"A Deus só obedecemos", significa para o povo canudense negar toda e qualquer autoridade terrena, dos governantes e daqueles que se amparam das leis humanas. Ponto de encontro em toda sua vida missionária à Nova Pátria.

A "eleição" dos canudenses em "Filhos de Deus", insere a comunidade camponesa num projeto alternativo de vida nova com base na justiça e paz social verdadeira (20), que os homens não podem alcançar sem a interveniência divina.

Essa passagem para a Nova Pátria constitui portanto um projeto social que se acaba com a chegada profética do Anticristo, de um tempo de miséria e desterro. A campanha militar é o sinal dos últimos tempos. A provação era inevitável nessa preparação. A guerra vai adiar a concretude da promessa divina definitiva.

3.4 Um "Estado" dentro do Estado

Qual era a mensagem política contida no projeto do Conselheiro ? Pode-se dizer que foi a possibilidade concreta de mobilização das massas sertanejas na

(19). OTTEN, Alexandre. op. cit. p.34. Apud. J. Aras, op. cit. p.25.

(20). OTTEN, Alexandre. Só Deus é Grande. Apud., R. da Matta: Carnavais, malandros e heróis ... 1981, p. 205-6.

superação de seus problemas imediatos e transcendentais. Superação que incluía a condição principal da reforma humana, dependente da vontade dos "eleitos" em obedecer a Deus: Só a Deus obedecemos.

Antonio Conselheiro ao eleger a ação soberana de Deus sobre Canudos, fomentava a fé e a esperança na instauração de uma nova ordem, distinta da "vontade" e do poder político das elites rurais. Estas se viram usurpada do monopólio sobre este espaço de controle social. Certamente uma nova força política capaz de mobilizar milhares de pessoas de regiões distintas poderia abalar a hegemonia contestada pelo beato. Esse era o temor maior das elites dominantes. Da caracterização do sertão de Canudos apresentada no primeiro capítulo, não é difícil encontrar sinais que corroborem a suposição de um ambiente político capaz de por em risco a estabilidade coronelística.

O Dr. Cícero Dantas Martins, como um dos representantes mais influentes da região, reclamava providências que transparecia preocupação e temor:

"Ao serem cobrados, no Soure, os devidos impostos no dia de feira, o povo, obediente às doutrinas de Antonio Conselheiro contra a República, e insuflado por indivíduos hoje quindados em autoridades, e que com ele entretêm relações (grifos nossos), fez em pedaços as tabuletas em que estavam afixados para devida publicidade, (...) o orçamento e posturas municipais e (...) que ninguém, (...) pagaria um real de imposto, porque não reconheciam e obedeciam às leis da República ... em menos de 8 dias igual

movimento deu-se nas feiras do Amparo e do Bom Jesus, neste termo ..."(21)
Garantimos à fé de cavalheiro, que se os

poderes públicos não se apoderarem do célebre penitente amotinador dos criminosos, e não destroçarem os fanáticos em número que sobe ultimamente a quatro mil entre homens, mulheres e até famílias inteiras, estamos com o sertão do norte do estado conflagrado por muito tempo, sem garantias às autoridades e foragidas as famílias de bem, que, para fugirem à sanha das destemidas feras, terão de abandonar seus lares. As vilas de Raso, Amparo, Soure, e a povoação florescente do Bom Jesus estão inteiramente despovoada com o terror que vai infundindo a revolução." (22)
"Não havia quem com força bastante pudesse demover o povo desta faina devastadora (...) Crescia mais e mais a influencia de Antonio Conselheiro e, a exceção da minha, posso sem receio dizer, que não houve família que não assistisse às suas orações. (23)

Quando José Gonçalves, médico e fazendeiro em Bonfim, aliado e amigo do Dr. Cicero Dantas Martins, sofre derrota eleitoral para senador em 1893, as acusações envolveram a comunidade como responsável do resultado em razão de apoio ao candidato do governo. Não houve provas para tal. Entretanto não há como negar que na região de influência do Conselheiro, entre os proprietários e os comerciantes não houvesse simpatizantes que se oporiam a ajudar o

(21). Barão de Jeremoabo, Antonio Conselheiro in Jornal de Notícias, Salvador, 04/05-03-1897.

(22). Jornal de Notícias, Salvador, 27/06/1893.

(23). Idem. op. cit. nº 21.

Conselheiro e até defendê-lo. Provavelmente seria objeto de disputa intraregional pelo poder.

Dentre inúmeros simpatizantes espalhados na região de Canudos, e que contrapõe o discurso do Barão de Jeremoabo, a respeito das posições políticas de desobediência civil, do Conselheiro, vistas por aquele como "sediciosas; apresentamos a versão do Cel. José Leitão, proprietário e comerciante em Santa Luzia, ao Jornal de Notícias sob o pseudônimo: Obscuris civis:

"não aconselha ao povo (o Conselheiro, ndA) que deixe de pagar imposto (...) aconselhou, sim, num dos lugares por onde passou, que não pagassem os impostos municipais por serem excessivamente vexativos, o que é coisa muito diversa. Eu pela minha parte declaro com máxima franqueza em igualdade de condições, depois de esgotado o recurso legal, que talvez o Conselheiro ignora, colocarme-ia à frente do povo, fossem quais fossem as consequências deste meu ato ... (24)

Entretanto não consegue esconder seu receio, e recomenda ao governo todos os esforços possíveis, a fim de dispersar essa multidão de romeiros, conforme o exigem os interesses da agricultura, do comércio e da civilização".

(25)

Ainda no primeiro capítulo ficou também explícito o desenvolvimento em Canudos de um "rico e florescente" comércio de gêneros alimentícios e de venda de peles de cabra para exportação. Evidentemente que a expansão desse comércio envolvendo as cidades de Juazeiro e Bomfim,

reforçaria sem sombra de dúvidas a influência política dos grandes comerciantes locais; a exemplo de João Evangelista Pereira e Melo e outros, o que levantaria a ameaça de um bloco político emergente naquela área vizinha a Canudos. O receio do fortalecimento dessa fração dominante, os comerciantes na década após a seca de 1889, ainda está por merecer estudo mais apurado, principalmente sobre este aspecto de sua ligação com o movimento de Canudos.

A concepção que os sertanejos canudenses e Antonio Conselheiro têm do Estado é mediatizada pelas relações que mantêm com suas instituições a nível local. Instituições essas que surgem como expoliadoras (Câmaras Municipais) e repressoras (Delegacias de Polícias), omissas a exploração e aos desmandos dos coronéis. Os funcionários municipais, autoridades policiais e jurídicas eram indicados pelos coronéis em troca de favores da máquina administrativa: concessão de terras, participação na realização de obras públicas, etc., surgindo daí muitas querelas da política-partidária pela hegemonia do poder local.

Na comunidade canudense se desenvolviam formas sociais de controle autônomo da produção, distribuição e comércio dos recursos econômicos internos, livres

(24). José Leitão. Jornal de Notícias, Salvador, 10/06/1893.

(25). Idem, ibidem ...

da taxaço de impostos, (fator atrativo favorável aos inúmeros pequenos comerciantes ou feirantes que para ali se dirigiam), que segundo Wolf, dão a esse campesinato certo controle tático sobre seus recursos e crescente autonomia da população em relação ao poder local.

Os proprietários rurais tentaram impedir tal fortalecimento do campesinato enquanto produtores independentes para o mercado. Como já foi dito, a comunidade canudense não vivia isolada dos centros regionais urbanos e muito menos da Capital. Além da produção de gêneros alimentícios para o consumo interno, se desenvolveu a indústria do couro e peles de cabras para a exportação. Não é enganoso sugerir forte tendência de formação em Canudos de significativa parcela de produtores independentes, que pudesse no futuro originar um campesinato moderno, no sentido de possuir maior autonomia no mercado.

Esse fortalecimento da comunidade canudense vai se tornar preocupação central de um dos chefes políticos da região, o Dr. Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, quando da perda real da força de trabalho dos ex-escravos nos engenhos e fazendas, em migração para as áreas mais afastadas, para o sertão de Canudos em crescente expansão econômica. O testemunho do Barão de Jeremoabo, é significativo nessa afirmação:

"(...) O povo em massa, abandonava suas

casas e afazeres para acompanhá-lo (Antonio Conselheiro). Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho.(...) Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade". (JORNAL de NOTÍCIAS, 1897).

Entretanto outro receio maior para os chefes políticos locais era a possibilidade de surgimento de um novo território político em Canudos, sob a liderança de Antonio Conselheiro, e que fortalecido pelo apoio que pudesse oferecer os chefes políticos Luis Viana e Severino Vieira, viesse abalar nas quadras eleitoreiras, a influência do Barão de Jeremoabo e José Gonçalves (chefe político da área de Vila Nova da Rainha, atual Bomfim), fundadores e principais líderes partidários, antigos aliados e dissidentes do Partido Republicano Federalista, quando da vitória do candidato vianista (Severino Vieira) para o senado federal.

A derrota do então candidato antivianista (José Gonçalves) nas eleições de 1893 para senador, serviu de motivo para desencadear num ambiente político-partidário instável, pouco diferente do quadro político nacional, uma avalanche de acusações sobre Luiz Vianna, do possível envolvimento eleitoreiro da comunidade canudense.(26) O que lhe valeu nos primeiros anos de seu governo, a partir de

1896, forte pressão política para que não enviasses esforços na luta contra Canudos. A acusação de monarquista foi explorada pelos seus adversários políticos oriundos das oligarquias regionais do sertão e do litoral baianos.

No caso específico de Canudos, os fatos parecem demonstrar que os conflitos entre os canudenses sejam com a Igreja, sejam com os proprietários locais, sejam com o Estado, pairam além da sua natureza ideológica (Religião), pois manifestados suas práticas sociais cotidianas informam um projeto social de autonomia de produção camponesa, claramente pautados sobre os principais fatores de instabilidade na sua reprodução enquanto unidade produtora: o acesso limitado a posse da terra.

O que a Igreja condenava do Conselheiro não era somente o conteúdo ideológico das prédicas (normas ético-morais), que pudesse caracterizar uma prática religiosa, de ortodoxia do catolicismo oficial, mas sobretudo o forte conteúdo político pragmático desta prática, suficientemente capaz de mobilizar e organizar grupos sociais, imprimindo-lhes comportamentos que escapariam do controle eclesiástico de reprodução ideológica de seu aparelho de hegemonia - a igreja. (27)

(26). PANG, Eul-Soo. *Conorelismo e Oligarquias, 1889-1934: A Bahia na Primeira República Brasileira*. Trad. Soares, V. Teixeira. Civ. Bras. Rio de Janeiro, 1979. p. 80-82.
(27). Idem, *Ibidem...*

E interessante observar que o Estado, percebendo a ineficácia do aparelho ideológico religioso (Circular de 1882 e a missão religiosa de 1895), na recuperação de sua hegemonia, procurou transformar o que lhe outrora parecia se constituir numa "seita fanática" de desrespeito às autoridades religiosas, em "seita político-religiosa de ousada resistênciã e hostilidade ao Governo constituído no país". (MONTE MARCIANO, 1895)

A princípio o alcance das relações conflituosas se restringiu ao âmbito local, para depois em 1896, a questão inicial de "cisma religiosa e perturbação da ordem" a nível das localidades percorridas por Antônio Conselheiro, vir a ser transformada em questão nacional, mediante forte acusação de que em Canudos se formava um reduto de monarquistas.

A nível regional, o temor republicano foi igualmente justificado para as disputas políticas pelo poder do Estado, entre os chefes políticos do sertão (Barão de Jeremoabo, José Gonçalves) e o governador Luiz Vianna, acusado pelos primeiros de monarquista.

"A missão de que fui encarregado, além da vantagem de apreender e denunciar a impostura e perversidade da seita fanática(...) e no interesse da ordem pública e pelo respeito devido à lei, garanto a inteira veracidade do que informo, e acrescento:

A seita político-religiosa, estabalecida e entrincheirada em Canudos, não é só um foco de supertição e fanatismo, é (...)

um núcleo na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto, de ousada resistência e hostilidade ao Governo constituído no país (...) - que é aquilo um Estado no Estado(...) - que, ainda na mais inculta nesga de terra pátria(...) o partidarismo político desvaire em tão estulta e baixa reação.(28)

Frei João Evangelista após o fracasso de sua missão de sete dias na tentativa de dispersar os seguidores de Conselheiro, conclui segundo o relato acima, por um retrato parcial dos fatos, qualificando a comunidade, de "seita de fanático" religiosos e perturbadores da ordem pública - numa palavra, criminosos. Condenação moral suficiente para abrir caminho para a repressão militar.

A pregação religiosa de Antonio Conselheiro, de desapego aos bens materiais, de luxo (chapéus de feltro, panos de seda etc, eram queimados) como fonte de pecado (injustiças) , seu exemplo de vida ascética e sua qualidade de participante ativo junto as populações interioranas (em obras de restaurações de cemitérios, capelas, açudes e estradas etc.), motivaram os camponeses o conceberem como enviado de Deus ", e portanto portador de uma missão terrena: a de preparar seu povo para um novo tempo. A igreja oficial via no Conselheiro um pregador sectário, escatológico, que separa a população sertaneja em fiéis do "Bom Jesus" e "fiéis do Vigário". O Deus que

(28). Op.,cit., (nota 14)

Antonio Conselheiro se refere é o Deus dos pobres, próximo da miséria e de atuação radical, capaz de quebrar "a atitude resignada e estéril do providencialismo popular fomentado pelos patrões"(OTTEN. 1990: 366) e propor uma nova ordem mais justa e igualitária.

Os membros da sociedade envolvente, proprietários latifundiários, grandes comerciantes e autoridades civis, militares e religiosas, são vistos pelos pelos canudenses como representantes das "forças do mal" (impostos, lei do casamento civil, recenseamento populacional etc.). O universo social destas autoridades é identificado como o mundo da perdição dos homens. Neste sentido as práticas religiosas tem a função de reforçar para seus fiéis membros, toda a carga de repulsa a este mundo pecaminoso (de injustiças sociais) de maneira que toda sorte de ações investidas por parte das autoridades no sentido de controlar ou impedir o livre exercício destas práticas sociais, é percebida como perigosa ao mundo sagrado, e como tal, merecedora de reação imediata, e de natureza violenta.

A defesa do seu projeto social era seu "direito a vida e a propriedade". (29) Eram as reivindicações materiais básicas.

(29).Wolsey (César Zama) Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a campanha de Canudos. Bahia, 1899. Diário da Bahia.

A descrição feita por Euclides da Cunha a respeito da população canudense, é preconceituosa e não difere muito dos comentários das correspondências religiosas e civis. Suas afirmações repetem em estilo rebuscado, o que diz o Frei João Evangelista do Monte Marciano em seu Relatório ao Arcebispado em 1895. A concepção que ambos têm é a de que a comunidade canudense era formada por uma "massa inconsciente e bruta", (...) sem órgãos e sem funções especializadas", que ia "do crente fervoroso" e penitente "ao bandido solto" (CUNHA. 1966: 221). Sua argumentação não se sustenta se confrontada com a prática econômica e social desenvolvida, pautada nas atividades do plantio nos roçados de "milho, feijão gorgotuba, favas, batatas, melancias, girimuns e melões e canas", (30) da criação de caprinos e do grande comércio de couro, gêneros alimentícios e peles de carneiro e de bode (NOGUEIRA.1978:203). Na verdade esse desprendimento pregado por Antonio Conselheiro e fielmente seguido pela maioria dos partícipes do movimento, se constituía no esteio moral de controle social no interior, da comunidade enquanto reguladora das atividades econômicas principalmente no que diz respeito a sua distribuição com

(30). Manoel Benício. O rei dos jagunços. Crônica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro.1899, in. NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Antonio Conselheiro e Canudos. Cia. Editora Nacional, São Paulo. 1978. p.199.

todos os membros, evitando assim a tendência acumulativa dos bens e a especulação comercial na venda dos produtos. Não há outra razão plausível, uma vez que a apropriação permitida, como o próprio Euclides da Cunha afirma, é:

"(...) apenas de objetos móveis e das casas". (31)

Estas, por sua vez são, como vimos, de construções simples, abrigando também um mobiliário e acessórios da mesma natureza, sem ostentar bens de luxo.

O acesso à terra, às pastagens e aos rebanhos era livre a todos os canudenses, ficando estes no dever de doar parte dos produtos das culturas a uma espécie de fundo comum para a "Companhia", enquanto a sobra revertia aos seus produtores. (32)

Euclides da Cunha não poderia compreender o estilo de vida que levavam os canudenses, uma vez que não acompanhou de perto a fase anterior a guerra. Suas deduções a respeito da vida sócio-econômica e religiosa partiram de impressões parciais, principalmente contidas no relatório do Frei João Evangelista. (33)

(31). Euclides da Cunha. Os Sertões. in Obra Completa. Dir. Afranio Coutinho. José Aguilar Editora. Rio de Janeiro, 1966. p.221.

(32). Idem, ibidem, p...

(33). Idem., Ibidem., p.222. Cf. João Evangelista do Monte Marciano. Relatório apresentado ao Arcebispado da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos. Bahia, 1895. p.4.

O despreendimento e a propriedade comunal da terra e dos rebanhos são vistos por Euclides da Cunha e João Evangelista como responsáveis pelas "condições precárias de vida" aceitas voluntariamente pelos canudenses, resultando na perda " das belas qualidades morais, longamente apuradas na existência patriarcal dos sertões".(CUNHA, 1966: 222)

A igreja do Conselheiro como símbolo da reforma espiritual humana, vai ser capaz de dar corpo, sentido na sua tarefa comunitária de ligar o mundo contingente e o mundo transcendente. A aproximação de Deus na terra é uma missão maior pela santificação da vida.

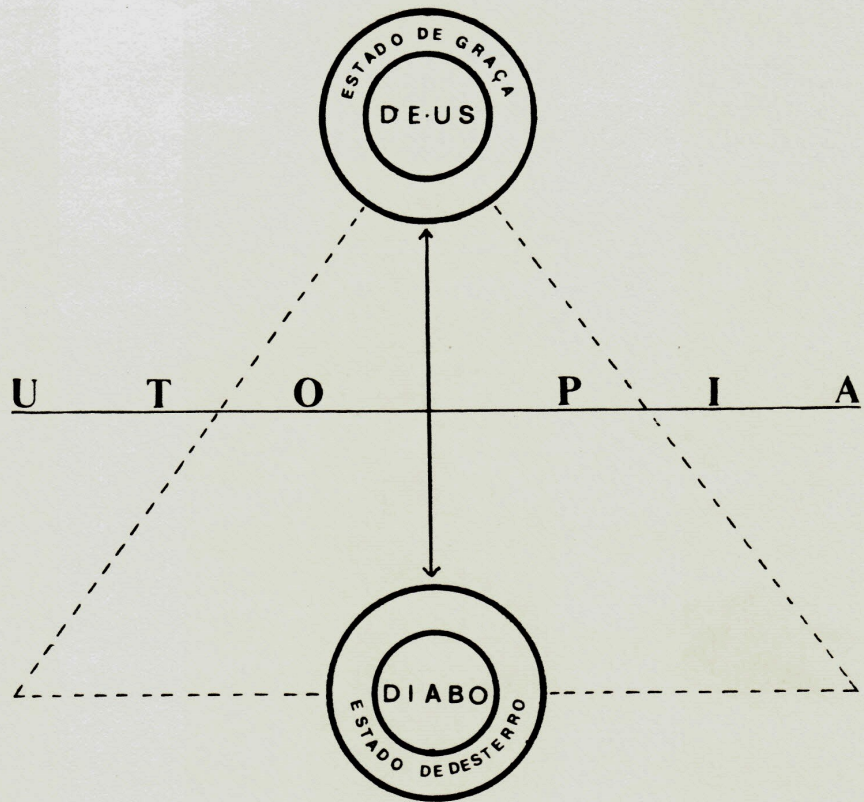
O processo de conversão religiosa para obtenção dessa aproximação se encontra explícito em seus sermões, já analisado em secção anterior. Esse foi o sentido propositalmente encoberto pelos seus oponentes. É clara a intenção, segundo os testemunhos do Barão de Jeremoabo e do Frei João Evangelista do Monte Marciano, do esvaziamento do sentido político contestatório do poder local e regional na Bahia.

A caracterização da Comunidade Canudense apresentada em momentos anteriores neste trabalho, indica ser formada por um conjunto de grupos sociais distintos e especializados em funções e instituições sociais próprias e autônomas. Estas instituições em Canudos, revelavam extraordinária capacidade e firmeza das convicções político-religiosas de seu orientador principal. Sua

organização estava voltada para a manutenção e defesa de Canudos, enquanto espaço simbólico de representação do tempo da Graça (de Deus) a ser instalado na terra, aguardando um sinal. A guerra foi prevista por Conselheiro como sinal de sua chegada. O destemor dos guerrilheiros conselheiristas diante da morte tem significado de passagem de um mundo para o "outro": a garantia da salvação eterna.

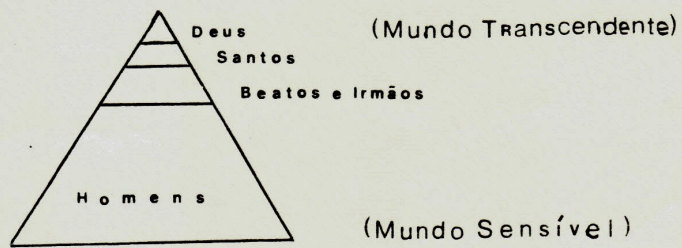
As lutas em defesa do Conselheiro e da Comunidade são percebidas como expressão da "vontade" de Deus. A dominação sócio-política do grande proprietário, "todo poderoso", é identificada como sendo obra do cativo republicano. O Sertanejo, que anteriormente agia como "capanga", defensor do chefe político em suas querelas por terra e poder político, se transforma para o plano de Deus, pela conversão e vida penitente, em "eleito", guardião do povo de Deus, com estima e prestígio de todos. De desertores do exército e criminosos, passavam à condição de chefes-comandantes, responsáveis pela segurança da comunidade religiosa.

E nesta dualidade de situações, de operar as duas realidades, sensível e transcendente, que os canudenses buscam a Nova Pátria. O tempo de Canudos é o tempo da graça de Deus e do desterro (diabo). Estão presentes no sertão: Deus e o Diabo, assim reza a tradição popular. Foi esse encontro entre o Conselheiro e os que precisavam de Deus - os mal-aventurados (desajustados, vadios, criminosos



(Fig nº 9)

REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DA VISÃO DE MUNDO
DOS CANUDENSES



etc.), no meio dos que servem ao Diabo - (corruptos, ateus, republicanos etc.), que segundo Roberto da Matta, possibilitou ao Conselheiro realizar um projeto alternativo:

"Seu caso é criar outra realidade. Sendo assim seus instrumentos de relação com o mundo são as rezes.(...) o renunciador procura juntar o interno com o externo e criar um universo alternativo e novo. Ele, o Conselheiro, não promete uma vida mais elevada no sentido de ascensão social e econômica. Sua promessa é a de todo um mundo social renovado."(34)

(34). OTTEN, Alexandre. "Só Deus é Grande". A Mensagem Religiosa de Antonio Conselheiro. Edições Loyola. São Paulo, 1990. p.334. Apud. Roberto da Mata, n.20.

CONCLUSÃO

É reconhecível no relato das práticas sociais internas na comunidade de Canudos, aquelas referentes à produção econômica que se faziam legitimadas pela religião. As práticas religiosas tiveram significado importante na redefinição das diversas formas particulares de relações sociais assumidas por diferentes subgrupos sócio-econômicos internos, pelas quais foram moldados de acordo com as necessidades específicas de cada grupo participante do movimento.

A prática econômica compreendida pelo acesso a terra daqueles que desejavam cultivar produtos de subsistência e comercialização foi condição fundamental para que os agricultores e criadores canudenses garantissem o sustento familiar e a participação no "fundo comum" de sustentação material do subgrupo denominado de "Companhia do Bom Jesus".

"Quem tinha roça tratava de roça (...) Quem tinha gado, tratava do gado. (...) Quem gostava de reza, ia rezar. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era

de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino". (MACEDO: 1983.67)

Enquanto a prática econômica proporcionou aos canudenses de modo geral sua subsistência material, a prática religiosa forjou a identidade ideológica cultural comum aos grupos envolvidos no movimento.

Contrariamente ao pensamento genérico, sobre a prática política dos movimentos sociais, fortemente marcados por tendências messiânicas ou milenaristas, as práticas sociais em Canudos demonstraram que o seu surgimento não se deu "espontaneamente" e muito menos se deixou levar pela avalanche das circunstâncias locais.

A prática política canudense não pode ser vista apenas pelo ângulo reducionista da visão socialista da História: a da luta de classes. O projeto conselheirista está acima dessa visão unilateral, pois postula a ação humana sob a interveniência de Deus. O que faz Antonio Conselheiro? Estabelecer esta aproximação entre o homem e Deus. A mobilização e organização dos distintos grupos sociais como membros da comunidade sagrada, informam que o tratamento de "irmãos", alimentou os fundamentos da interação solidária entre estes e seu líder, cujo móvel maior foi a vivência temporária da Nova Pátria, enquanto preparação da salvação em Deus. A potência divina capaz de mover os homens em seu trabalho diário é a mesma que pelo

caráter contestador e transformador exime aqueles das penúrias do mundo e lhes concede o "estado de graça".

Neste sentido, observou-se durante a exposição neste trabalho, que a percepção do canudenses dessa nova ordem social, cujos elementos formadores, amplamente discutidos no terceiro capítulo, exprimiu simbólicamente uma linguagem contestatória compatível com suas necessidades reais.

A religiosidade popular, como esteio dos movimentos sociais no campo, informa aos cientistas sociais portadores de análises reducionistas (que privilegiam como ponto de partida a realidade sócio-econômica em detrimento da produção religiosa no interior daqueles), que de nada valeria para compreensão destes movimentos, caso pudessemos descontextualizá-los das práticas religiosas.

A vida comunitária de Canudos, como ficou demonstrada em capítulo anterior, não surgiu de repente, mas da própria extensão da vida acética, penitente e intinerante de Antonio Conselheiro. E foi no modelo de igualdade religiosa entre os "seus", homens eleitos, chamados de irmãos que se encontrou a mensagem política mobilizadora dos mal-aventurados rumo a uma realidade providencial atuante, que teve seu começo (na terra), mas não tem fim (no céu).

Viu-se que a crença nessa promessa escatológica foi a sua principal força motriz. Força que impregnou todos os momentos da sua resistência aos conflitos armados. Um dos

exemplos dessa função foi o intenso clima religioso vivenciado no combate de Uauá, onde as rezas e as ladainhas se confundiram com o furor da violência.

A pregação religiosa conselheirista foi suficientemente capaz de conceber a utopia canudense, a partir da força histórica de Deus (OTTEN: 1990. 378.), como tradução legítima das aspirações e aflições dos sertanejos em regime de diáspora, permitindo a estes a busca de sua própria autonomia, de sua participação política e História.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyse the political and religious elements of the internal and external social practices which were necessary in the construction of an alternative project in Canudos. Canudos was located in the country of Bahia(1893-97).

The social representations inform that the domination of the immediate situation refers the possibility of a social transformation from individual in the collective. This transformation was brought about religious unreal that social groups prepare, organize and practice their faith, their representation of world. Utopia, in the context, is the sense of this possibility of a social and divine world that is going to happen, but shows us as hope in "bloch" concept. The wait of Canudos people was a time of spiritual preparation, remembrance of religious ecstasy of approach and of the harmony with God. It is here that lives the joint of the religious practices and political institution.

For the comprehension of the proposed objectives, were thought up three chapters. In The first, it was looked for the social relations into the present social and political context of the countryside of Canudos is considered as importance fundamental for comprehension of the antecedents of the moviment. In the second chapter, the

main preoccupation was showing the crucial aspects of the tormented walk of Antonio Conselheiro whose participation determined the political and religious references of Canudense Community. At last, in the third chapter, is showed a analysis of the universe of the social practices that justified their objectives and brought about political and ideological sustentation for the present moviment.

The general conclusion that was found, is to locate Canudos into a social and political moviment of resistance against the power, in local and regional levels, in favor of an alternative project of popular autonomy against the instituons of the countryside society.

ANEXOS

MISSOES DE ANTONIO CONSELHEIRO NA BAHIA

Ano	Local	Padres Coadjuvantes Coadjuvantes	Serviços Comunitários
1875	Itapicurú	Antonio Agripino da Silva Borges	Restauração da igreja Rainha dos Anjos
1876	Itapicurú	" "	Construção do muro do cemitério
1882	Olindina	-----	Construção de igreja
	Euclides da Cunha(Cumbe)	Vicente Sabino	Construção de igreja
1884	Chorrochó	-----	Construção da igreja do N. S. do Bonfim
1886	Crisópolis	-----	Construção da igreja do N. S. do Bom Jesus, e do arraial do mesmo nome.
1888	Entre Rios	Luis da Costa Batista	Construção do muro cemitério.
1892	Monte Santo	-----	Reforma nas capelas e estrada do Monte Santo.
1893	Ribeira do Amparo	-----	Construção do cemitério
	Esplanada	-----	Construção do cemitério e reparo na igreja.

	Aporá	José de Araújo Ferreira	Construção do cemitério
1893	Canudos	Vicente Sabino	Reforma da igreja de Santo Antonio (igreja velha)
1896	Canudos	_____	Construção de cemitério e igreja do Bom Jesus.

Fonte: CALASANS, José. "Antonio Conselheiro", construtor de Igrejas e Cemitérios". Rev. Bras. Cult., Rio de Janeiro, 5 (16): 69-81, qbr./jun. 1973.

PERSONAGENS PRINCIPAIS

ANTONIO CONSELHEIRO (Antonio Vicente Mendes Maciel)
natural de Quixeramobim-CE, lider principal do movimento de Canudos.

ANTONIO BEATO (vulgo Beatinho) chefe da guarda da igreja velha.

ANTONIO FOGUETEIRO aliciador de combatentes.

ANTONIO DA MOTA negociante de peles em Canudos

ANTONIO PAJEU natural de Pajeú-PE, ex-soldado de policia. Comandante-em-chefe dos combates de Uauá e Cambaio.

ANTONIO VILANOVA (Antonio Francisco de Assumpção) natural do Ceará. Comerciante em Canudos.

BARNABE JOSE DE CARVALHO sucedeu junto Noberto o comando do combates depois da morte de Antonio Pajeú, em 19/07/1897.

CHICO EMA comandante-em-chefe dos grupos de exploração nas cidades vizinhas, durante a guerra. Natural de Vázea da Ema, municipio de Capim-Grosso-BA.

ESTEVAO guerreheiro de grande destaque no combate da
2a Expedição Militar.

FRANCISCO DA MOTA guerreheiro em destaque no combate
Cocorobó.

HONORIO VILANOVA (Honório Francisco de Assumpção)
natural do Ceará e comerciante em Canudos.

JOSE FELIX guardião do "santuário", e mordomo do
Conselheiro. Ex-sapateiro em Fenedo-SE.

JOSE VENANCIO guerreheiro em Canudos.

JOAO ABADE natural de Tucano-BA. Comandante-em-chefe
responsável pela segurança interna de Canudos .

JOAO BRANDAO natural de São Francisco-BA. Auxiliar de
Antonio Conselheiro.

JOAQUIM MACAMBIRA negociante e pequeno criador em
Canudos.

LEAO DE NATUBA, natural de Natuba, atual Soure-BA.
Escrevente auxiliar de Antonio
Conselheiro.

MANDEL QUADRADO curandeiro, e principal auxiliar no
atendimento aos feridos durante a guerra.

MARIA FIGUEIRA natural de Salvador-BA, professora em Canudos.

MARIA FRANCISCA DE VASCONCELOS natural de Salvador-BA, professora em Canudos.

MARIA RITA (Sobrinha de Joaquim Macambira). Jovem de 18 anos que se destacou nos combates de Tabulheirinho(Fazenda próxima de Canudos).

NOBERTO negociante em Canudos.

PEDRÃO (Pedro José de Oliveira) comandante-em-chefe e guardião da estrada de Canabrava.

CRONOLOGIA DO MOVIMENTO DE CANUDOS

- 1874 - Antonio Vicente passa pela vila de Itabaiana em Sergipe.
- Chega na vila de Itapicuru de Cima ao norte Bahia.
- 1875 - Após desentendimento com o delegado Boaventura da Silva Caldas, em função de sua pregação. Perseguido, refugia-se na Vila de Campos na província de Sergipe.
- Retorna em seguida a região de Itapicuru de Cima e continua a pregar nas localidades vizinhas, a revelia das autoridades locais.
 - O vigário de Aporá e o de Livramento do Barracão, solicitam providencias junto ao Arcebispado da Bahia.
- 1876 - Antonio Conselheiro é preso em 06 de junho, na vila de Itapicuru de Cima. Na oportunidade impede a resistencia de seus adeptos e anuncia sua volta em breve.
- Retorna do Ceará, livre da acusação infundada e prosegue sua pregação e construção de obras sociais nas regiões de Itapicuru, Curacá, Agreste de Alagoinhas etc.

- O delegado de Itapicuru denuncia ao chefe da policia da Capital, o crescimento espantoso do movimento, principalmente junto aos escravos nos engenhos.

- 1877 - Grande seca no nordeste brasileiro. A fome e a miséria campeiam em toda a parte.
- A Folhinha Anual Laemmert, torna nacionalmente conhecido seu nome.

- 1879 - O historiador Teodoro Sampaio percorre o sertão baiano, e testemunha o drama dos retirantes da seca.

- 1882 - O Arcebispo da Bahia proibe os padres e fiéis de ouvirem as pregações de Antonio Conselheiro.

- 1884 - Antonio Conselheiro intensifica sua pregação, e obras junto a população interioranas de Soure, Inhambupe e Jeremoabo.

- 1886 - O chefe de policia da Capital, encaminha destacamento policial para prender Antonio Conselheiro em Inhambupe. A expedição não obteve êxito.
- O delegado de Itapicuru, denuncia ao chefe de policia da Capital, o crescimento espantoso

do movimento, principalmente junto aos trabalhadores dos engenhos.

1887 - O Presidente da província da Bahia solicita ao ministro do Império, a internação de Antonio Conselheiro, no hospício de alienados no Rio de Janeiro. Não havia vaga.

- Cristovão Campos, agrônomo baiano, defende tese, intitulada Capital rodante da propriedade agrícola, em Salvador, ressaltando a importância da modernização administrativa do Capital sobre o trabalho camponês.

- Agravamento da crise de mão-de-obra na região açucareira do Recôncavo baiano.

1888 - Grande seca no nordeste brasileiro. Migração em massa de trabalhadores rurais sertanejos.

- Publicação de "As descrições Práticas da Província da Bahia", de Durval Vieira de Aguiar.

- Assinatura da Lei Aurea, pela libertação dos escravos no Brasil. O Deputado e latifundiário Cícero Dantas Martins vota favorável a Lei.

- Antonio Conselheiro e a "Companhia do Bom Jesus, visitam pela primeira vez, a fazenda

de Canudos por ocasião da novena do padroeiro.

1889 - Falece Fiel José de Carvalho e Oliveira, proprietário da Fazenda Canudos, casado com D. Francisca Dantas da Silveira Carvalho, irmã do Dr. Cícero Dantas Martins.

- A monarquia é destronada, e inaugurado o regime republicano no país.

- A mão-de-obra escrava no Nordeste é substituída por "moradores" pobres ou ex-escravos. Os engenhos decadentes sobrevivem da lavoura de cana, que alimenta as usinas. As fazendas de criação de gado nos sertões se arrastam pobres, despovoadas e insurgentes.

1891 - Promulgação da Constituição Estadual da Bahia.

- Criação e majoração de impostos estaduais e municipais.

- O Congresso Nacional é dissolvido pelo Presidente, e o novo regime é ancoradouro de crises políticas e econômicas sucessivas.

1892 - Antonio Conselheiro e seus adeptos comandam o povo da Vila de Amparo, na sublevação contra os impostos e desobediência às autoridades

judiciárias e policiais expulsando-os. A Vila vive estado de sitio por alguns dias.

- O Governo estadual envia um destacamento policial de 30 praças sob o comando do ten. Virgílio Pereira de Almeida à vila de Tucano, que comete violências contra seus populares.

- O confronto com a força policial e os conselheristas as margens do riacho Maceté, entre Tucano e Cumbe, resultou na fuga em desordem do comandante e sua força.

1893 - O Tenente Virgílio Pereira de Almeida comandando força de 80 praças, volta para prender Antonio Conselheiro, mas recebe ordens superiores para retornar de Serrinha.

- Antonio Conselheiro depois de passar por Cumbe e Monte Santo, se instala, estrategicamente, na fazenda de Canudos, temendo novas represálias.

1894 - Antonio Conselheiro é acusado de acobertar grupos de salteadores de propriedades vizinhas a Canudos, na Assembléia Estadual da Bahia. O assunto é amplamente discutido.

1895 - Em maio, chega ao Arraial de Canudos, o Frei João Evangelista do Monte Marciano e o fr. Caetano de S. Leo, a mando do Governador e do

Arcebispo D. Jerônimo com a finalidade de desarmar, dispersar o povo. A missão religiosa é frustrada.

- Publicação do Relatório apresentado ao Arcebispado da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos.
- Em dezembro, Antonio Conselheiro marcha em romaria na Vila de Bom Conselho e aconselha ao povo a desobediência às autoridades judiciárias e policiais e também a não pagar impostos de natureza alguma.
- Na ocasião solicitou que a feira se fizesse fora do "barracão público", em local por ele indicado.
- No dia 06, o destacamento policial local, é intimado a depor as armas ou retirar-se da vila, junto com as autoridades judiciárias. Ao Juiz de Direito não lhe é permitido entrar na vila sitiada.

1896 - Joaquim Macambira, emissário de Antonio Conselheiro, dirigiu-se ao Coronel João Evangelista Pereira de Mello de Joazeiro, requisitando-lhe compra de determinada quantidade de madeira para a construção do

teto da nova Igreja em Canudos.

- O atraso da entrega da encomenda e a disposição de pessoas para buscá-la, foram interpretada pelo juiz de direito Arlindo Leone (intencionando reparar o desacato a sua autoridade, quando servia na Vila de Bom Conselho), como assalto a mão armada ao comércio e as autoridades, e solicita ao Governador Luiz Vianna, defesa da cidade de Joazeiro.
- A 7 de novembro, chega a Joazeiro, 100 praças comandados pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, e Arlindo Leone influencia o tenente a perseguir viagem a Canudos para prender Antonio Conselheiro.
- A expedição chega a 19, em Uauá e na madrugada do dia seguinte, é despertada pela procissão dos adeptos de Antonio Conselheiro, que se transforma em exímios combatentes ao primeiro disparo dos soldados, que depois de algum tempo fogem em retirada para Juaseiro. Incorformados saquearam o comércio e incendiaram o povoado.
- A derrota da expedição operou por um lado, a adesão crescente de famílias ao movimento de Canudos e por outro, acelerou propósitos de

recuperar a imagem ultrajada do Exército nacional e organiza-se uma segunda expedição.

- 1897 - A segunda expedição composta de 600 soldados, dois canhões Krup 7.5 e duas metralhadoras Nordenfeldt e dirigida pelo Major Febrônio de Brito encontra resistência no Cambaio e Bendegó de Baixo. Após combate, são forçados a debandar.
- A região de Lavras Diamantinas sofre levantes de grupos armados.
 - Outra expedição é organizada sob o comando do Cel. Antonio Moreira César, de mil e duzentos soldados e mais o Cel. Pedro Nunes Tamarindo. Após a morte de Moreira César, a fuga desesperada. Era a derrota da cavalaria, da infantaria e artilharia frente a resistência guerrilheira invisível.
 - É organizada a quarta expedição militar sob o comando geral do Gal. Artur Oscar, auxiliado por dois generais, coroneis, amjores, capitães, tenentes e quatro mil e quinhentos soldados, reforçados por mais de cinco batalhões do Exército e quatro batalhões de policias estaduais. Num total de mais de 10.000 militares.

correspondente de guerra(15/09).

- Setembro, morte de Antonio Conselheiro (22/09).
- Fecha o cerco de Canudos, tomando as passagens de reabastecimento de d'água e viveres. Dinamitação das casas.
- Reação dos guerrilheiros: entrega estratégica de 300 mulheres, crianças, velhos e feridos.
- Cessa a resistência e os prisioneiros são degolados.
- Na ocasião da exumação do corpo e degola da cabeça de Antonio Conselheiro, no "Santuário", o acadêmico de Medicina João Antonio de Sousa Fondé encontrou um manuscrito subscrito por Antonio Vicente Mendes Maciel, em 12 de janeiro do corrente ano.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

1 Fontes primárias

1.1 Arquivo Público do Estado da Bahia.

- Inventário do Barão de Jeremoabo (Cícero Dantas Martins) in Presidência da Província, Seccção Histórica, Serie Viação.
- Anais da Assembléia Legislativa da Bahia (1894-1897).
- Falas e Mensagens dos Presidentes da Província da Bahia(1888-1897).

1.2 Arquivo do Centro de Estudos Baianos-UFBA

- Correspondência oficial do Poder Executivo (1876-1897).
- Correspondência eclesiástica do Arcebispado da Bahia, in Gabinete Arqueiepiscopal de Salvador (1882-1895).
- Correspondência particular do Dr. Cícero Dantas Martins(Barão de Jeremoabo).
- Depoimento do Sr. Juiz Preparador Pedro Batista do Espírito-Santo. Vila de Bom Conselho-BA.
- Relatório do Fr. João Evangelista do Monte-Marciano, OFM cap. 1895. Typografia do Correio de Noticias, Bahia.
- Relatório do "Comité Patriótico", sobre as

mulheres e crianças recolhidas após a guerra, em 1897. Bahia.

1.3 Forum Rogasendo Carneiro- Monte Santo - BA

- Livro de Indicador Pessoal - 1878-1934. Indicador do nº de registro de terra, profissão, domicílio e nome.

1.4 Arquivo da Secretaria do Bispado da Diocese de Quixadá.

- Livro de assentamento de Batizados da Paróquia de Quixeramobim, liv. 11, fl.221v.
- Livro de assentamento de Casamentos da Paróquia de Quixeramobim, liv.5., fl.327v.

1.5 Jornais.

- Diário da Bahia - dez. 1895.
- Jornal A Tarde - Salvador - 30 ago. 1983.
- Jornal de Notícias - Salvador - 10 de jun., e 27 jun. 1893; 04/05 mar.1897.

2.0 Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano. Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil. Liv. Briguiet, 2ª ed. 1960.
- AGUIAR, Durval Vieira de. Descrições Práticas da Província da Bahia. Tipografia do Diário da Bahia, 1888.
- ANDRADE, Manoel Correia de. À terra e o homem no Nordeste. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- BENICIO, Manoel. O rei dos jagunços. Crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1899.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1958, Bahia vol.

21.

CALASANS, José. Antonio Conselheiro, construtor de igrejas e cemitérios. Revista Brasileira de Cultura, abr/jun. nº 16, 1973.

-----" O Matricídio de Antonio Conselheiro. Revista Brasileira de Cultura, nº 14, 1972.

-----" Antonio Conselheiro e a Escravidão. Artes Gráficas, Salvador, 1968.

CUNHA, Euclides da. "Os Sertões": A Campanha de Canudos. 27ª ed. Rio de Janeiro. Edições Ouro, 1981.

DANTAS, Salomão de Souza. Aspectos e Contrastes. Ligeiro estudo sobre o Estado da Bahia. Rio de Janeiro. Typ.Rev. dos Tribunaes. 1922.

FACO, Rui. Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas. 6ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira e Edições UFCE, 1980.

FIBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse preliminar do Censo Demográfico. Vol. 1. T. 1, nº 14. Bahia. 1981.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Centro de Documentação. Canudos: Subsídio para a sua reavaliação histórica. Rio de Janeiro, 1986.

FIORIM, José Luis. O discurso de Antonio Conselheiro. Rev. Religião e Sociedade. (5). 1980.

GALVÃO, Walnice Nogueira. No Calor da Hora: A guerra de Canudos nos jornais da 4ª Expedição. São Paulo. EdT. Atica, 1974.

LIBANIO, João B. e BINGEMER, M. C. L. Escatologia Cristã. O Novo Céu e a Nova Terra. Petrópolis, Vozes. 1985.

MACEDO, Nertan. Antonio Conselheiro. A morte em vida do beato de Canudos. 2ª ed. Edt. Rio de Janeiro, Renes, 1978.

-----" Memorial de Vilanova. 2ª ed. Rio de Janeiro, Renes/INL, 1983.

- MACIEL, Antonio Vicente Mendes. Prédicas e discursos. Belo Monte, província da Bahia. 1897. In: NOGUEIRA, Ataliba. Antonio Conselheiro e Canudos; revisão histórica. A obra manuscrita de Antonio Conselheiro, 2ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978 (Brasiliana; vol. 355).
- MARIZ, Celso. Ibiapina, um apóstolo do Nordeste. 2ª ed. João Pessoa, Edt. Universitária / UFPB, 1980.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A Bahia - A Cidade de Salvador e seu Mercado no Século XIX. Hucitec, 1978.
- MONTEIRO, Hamilton de Matos. Crise agrária e luta de classes: O Nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889. Brasília, Horizonte, 1980.
- MONTE-MARCIANO, Frei João Evangelista. Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no Arraial dos Canudos. Tipografia do Correio de Notícias, Bahia, 1895.
- NOGUEIRA, Ataliba. Antonio Conselheiro e Canudos. São Paulo, Cia. Edt. Nacional, 1974.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.
- OTTEN, Alexandre. "Só Deus é Grande". Interpretação histórico-teológica da figura e movimento de Antonio Conselheiro. Rev. Perspectiva Teológica Ano XXI, no 53, jan/abr. 1989 p. 09-50.
- "Só Deus é Grande". A mensagem religiosa de Antonio Conselheiro. São Paulo, Edições Loyola, 1980.
- PANG, Eul-Soo. Conorelismo e Oligarquias: A Bahia na Primeira República brasileira: 1889-1934. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. Pequeno Dicionário dos Municípios Baianos. Mil Cores Gráfica e Editora Ltda. 1981.

10572
ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 12ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1978.

SHEPARD, Forman. Camponeses: sua participação no Brasil. Trad. Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

SILVA, Cândido da Costa e. Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo. Ática, 1982.

SOUTO MAIOR, Armando. Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

WOLF, Eric. R. Sociedade Camponesas. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

WOLSEY (Cesar Zama). Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a Campanha de Canudos. Bahia, Typ. do Diário da Bahia, 1899.

